UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LENI PEREIRA LIMA

A Lei 10.639/03 E O ENSINO DE HISTÓRIA:

ARTIGOS EM PERIÓDICOS ACADÊMICOS (2003-2016)

Trabalho de conclusão do curso de Pedagogia apresentado ao Setor de Educação, da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof.ª Drª. Nadia Gaiofatto Gonçalves

CURITIBA

2017

LENI PEREIRA LIMA

A LEI 10.639/03 E O ENSINO DE HISTÓRIA: ARTIGOS EM PERIÓDICOS ACADÊMICOS (2003-2016)

Trabalho de conclusão do curso de pedagogia apresentado as Setor de Educação, da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora Prof.ª. Drª. Nadia Gaiofatto Gonçalves.

CURITIBA

2017

AGRADECIMENTOS

Agradeço

Em primeiro lugar a Deus, nosso criador por me conceder discernimento e coragem para realizar meu sonho.

A minha amada família que sempre esteve pronta para me apoiar e que sem o engajamento de todos não teria sido possível.

Aos meus pais, por me colocarem no mundo.

A minha orientadora Nadia Gaiofatto Gonçalves, meu especial agradecimento por sua incansável atenção e dedicação em todo o trabalho.

A todos que contribuíram direta ou indiretamente,

Meu sincero muito obrigada!

RESUMO

Este trabalho expõe considerações sobre a disciplina de História. Apresenta resultado de um levantamento bibliográfico realizado em periódicos acadêmicos nacionais, no período de 2003 a 2016, ano da implementação da Lei 10.639/03, que torna obrigatório o Ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira nos currículos do Ensino Fundamental e Médio. As produções com essa temática constituem importante fonte de pesquisa, sendo esse um campo de farta contribuição. Foi desenvolvido com o objetivo de identificar como o tema África e africanos foi abordado nesses materiais, como também pesquisar nos mesmos, avanços e dificuldades da implementação da lei 10.639/03. Essa análise é necessária para podermos avaliar os rumos que a lei seguiu nos treze anos da sua implementação, descobrir se estamos cumprindo a legislação e quais são as dificuldades enfrentadas. Chegou-se ao resultado de que muito ainda precisa ser feito para avançar rumo ao protagonismo negro na história do país, mas já são identificados avanços na abordagem do tema na escola.

Palavras-chave: Ensino de História; Lei 10.639/03; Periódicos acadêmicos.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 6

1. ENSINO DE HISTÓRIA 10

1.1 ÁFRICA E BRASIL, ALGUMAS INFLUÊNCIAS 14

1.2 A REPRESENTAÇÃO DOS NEGROS NO LIVRO DIDÁTICO 15

2. A LEI10.639/03 18

3. **ANÁLISES SOBRE AS PRODUÇÕES ACADÊMICAS PESQUISADAS** 25

3.1 PRINCIPAIS AVANÇOS 30

3.2 PRINCIPAIS DIFICULDADES 35

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS 41

5. REFERÊNCIAS 44

6. APÊNDICES 48

INTRODUÇÃO

Este trabalho pretendeu avaliar como artigos acadêmicos brasileiros, sobre Ensino de História no período de 2003 a 2016, abordaram a implementação da Lei 10.639/03.

Pretendeu-se com este estudo, evidenciar a importância destas produções acadêmicas sobre Educação, como também esclarecer um pouco mais sobre como o tema foi e é contemplado.

A temática escolhida apresenta extrema importância, como ferramenta de combate à desigualdade racial brasileira. O interesse por pesquisar produções acadêmicas, nessa seara, surgiu depois do contato com a Iniciação Científica sobre ensino de História. A partir desse movimento avaliou-se a possibilidade de contribuir com os que defendem que é através de uma educação que abarque todos os segmentos da sociedade, que se pode desenvolver um raciocínio completo, chegando ao entendimento de que somos um povo constituído de diferentes culturas, mas nem por isso umas se sobressaem às outras.

Apresentou-se também neste tema a possibilidade de uma maior reflexão sobre como questões étnico-raciais foram postas em sala de aula, e sobre como as mesmas contribuíram para manter ou abolir ranços de um passado não muito distante. No Brasil, apesar da significativa população de origem africana segundo o IBGE (2015), 54% do total somando autodeclarados pretos (8%) e pardos (46%), a obrigatoriedade de incorporar o ensino de História da cultura afro-brasileira e africanos nos conteúdos escolares, com abordagem mais positiva e participativa só ocorreu a partir da aprovação da Lei 10.639/03. A Lei 10.639/03, alterou a lei 9394/96 (LDB) nos seus artigos 26-A, e 79-B. Apesar de sua relevância, a obrigatoriedade por si só não constitui garantia de que a partir de então o tema em questão produzirá efeitos para todos os que estão discutindo o conteúdo, como também para os que estão ministrando o mesmo.

É necessária a conscientização por parte dos profissionais quanto à importância da inserção desses novos conteúdos relacionados a esta temática, como também é urgente que a mesma alcance seu objetivo nas salas de aula, e com isso possa contribuir para um processo de mudança, no qual os sujeitos envolvidos possam redirecionar seu olhar para essa etnia que foi vista por durante

anos como subalterna e sem direitos. É certo que só a lei não dá conta de reparar tantas falhas, mas já é um começo, é preciso também de um olhar especial sobre a formação inicial e continuada dos profissionais para que estes possam se preparar adequadamente com o novo tema preenchendo as lacunas existentes sobre ele.

A escolha dessa temática, tem por trás um desejo de ver reconhecido o direito, o acesso, e a permanência de todos a um ensino que leve em conta as particularidades de um país com muitas culturas. Existe uma grande dívida cultural é preciso equiparar as diferenças começando principalmente dentro das escolas, pois a realidade de exclusão e preconceito racial ecoa até os dias de hoje, e para se desconstruir essa discriminação, deve-se ir em busca do reconhecimento da pluralidade racial e das diversas contribuições feitas ao longo da história do país. Esta questão está presente em muitos materiais acadêmicos produzidos para discutir questões como esta.

Sendo assim, o objetivo geral deste trabalho foi discutir como a temática África e os africanos no ensino de História, foi abordada nos artigos acadêmicos em periódicos brasileiros a partir de 2003, ano da promulgação da lei 10.639/03, que trata dessa questão. Essas discussões procuraram um aprofundamento do tema para verificar avanços e dificuldades, principalmente depois da implementação da lei 10639/03.

A fonte para a análise foram periódicos acadêmicos nacionais, visando uma amostragem significativa, mas sem a pretensão de esgotar o assunto. Os periódicos pesquisados encontram-se classificados no Qualis-Capes entre A1 e B3, com circulação nacional das áreas de Educação, Ensino e História, resultando em 101 revistas (listagem no apêndice 1). A escolha por periódicos acadêmicos ocorreu devido à grande possibilidade de pesquisa que essa fonte oferece.

> As revistas conferem uma estrutura ao campo intelectual por meio de forças antagônicas de adesão – pelas amizades que as subtendem, as fidelidades que arrebanham e a influência que exercem – e de exclusão – pelas posições tomadas, os debates suscitados, e as cisões advindas. [...]elas são alias um lugar precioso para a análise do movimento das ideias. Em suma uma revista é antes de tudo um lugar de fermentação intelectual e de relação afetiva, ao mesmo tempo viveiro e espaço de sociabilidade, e pode ser, entre outras abordagens, estudada nesta dupla dimensão (SIRINELLI, 1996, p. 249).

Com relação à relevância das pesquisas e os seus diálogos, Barreto (2001, p. 5) destaca:

> O balanço do conhecimento produzido sobre como um tema permite que se organize o conjunto de informações disponíveis, com vistas a identificar tendências e recorrências, indicar as possibilidades de integração de diferentes perspectivas e localizar lacunas e questões emergentes.

A metodologia adotada se desenvolveu a partir da perspectiva de Prost (1996, p. 315) que adverte: se o pesquisador quer que apareça "contraste entre grupos e/ou entre períodos, deve construir seu *corpus* de textos comparáveis, distribuídos por várias datas e/ou emanados de vários locutores que possam considerar como representativos". Sendo assim o autor apresenta a necessidade de se trabalhar com três características básicas quanto ao material pesquisado. São elas:

> [...] ser contrastivo para permitir comparações, ser diacrônico, ou seja, entender-se no tempo para permitir recuperar continuidades e viradas, (e) enfim, ser constituído, se não de textos de organizações que emanam de locutores coletivos, ao menos de textos significativos, referentes a situações de comunicações determinadas.

Neste sentido se desenvolveu a análise e seleção dos artigos. Para a listagem geral dos trabalhos, foram utilizados os seguintes filtros: seleção de temas, palavras-chave e resumo, sendo que o artigo deveria ter foco central no ensino de História. Portanto foram desconsiderados periódicos internacionais e aqueles nacionais que não contemplavam o tema pesquisado. As produções acadêmicas aqui pesquisadas, são compreendidas como reflexo das preocupações dos pesquisadores da área sobre o tema África, História e cultura africana no Ensino de História. Com base nos 62 artigos identificados, foi organizada uma tabela (Apêndice 2) com as seguintes colunas: revistas, ano e número, autor, título, resumo, palavra-chave, materiais/fontes pesquisados, avanços em relação à implementação da lei e dificuldades.

Este trabalho está organizado em três capitulo:

No primeiro são abordadas questões sobre a trajetória da disciplina de História no Brasil. Também apresenta algumas considerações sobre a História da África e sua relação com o Brasil, através de algumas influências; e algumas questões sobre como é a representação do negro no livro didático.

O segundo capitulo discorre sobre a Lei 10.639/03, com considerações sobre sua obrigatoriedade e orientações para o novo conteúdo e importância do mesmo.

No terceiro capitulo é apresentada a análise dos artigos pesquisados, com gráficos sobre os dados obtidos, e as apreciações dos autores destes trabalhos, quanto aos principais avanços e dificuldades em relação à implementação da obrigatoriedade da lei.

1. ENSINO DE HISTÓRIA E HISTÓRIA DA ÁFRICA

A História enquanto disciplina escolar autônoma surgiu no século XIX, na França, sobreposta a movimentos de laicização da sociedade e de constituição das nações modernas. A História no século XIX, segundo Nadai, (1993, p. 145) “estava baseada naquele discurso enciclopédico (da História filosófica, que vinha elaborando uma doutrina do progresso, e outra da elaboração metodológica) ”. O papel principal da História, por conseguinte, seria arquitetar o passado tal como fora revelando heróis nacionais e grandes fatos (PEREIRA, 2004, p. 3). Da mesma forma, o início do ensino de História no Brasil, também foi a partir dos “grandes homens” e de fatos escolhidos tidos como importantes para a história do país.

Sobre a trajetória da disciplina de História no Brasil:

> Sob a influência do pensamento liberal francês e no bojo do movimento regencial, após a independência de 1822, a disciplina de História estruturou-se no Município do Rio de Janeiro, no colégio Pedro II, que durante o império funcionaria como estabelecimento padrão de ensino secundário (NADAI, 1993, p.145).

No final do século XIX e o início do século XX, o Brasil foi intensamente marcado por discussões acerca do país como nação, a partir da primeira República (GONÇALVES, 2016, p.39). Segundo a autora, nessas circunstâncias de transição, os intelectuais e políticos começam a preocupar-se com o ensino da população, visto que começava uma nova fase, com demandas advindas do fim da escravidão. Sendo assim, o Estado precisava se reorganizar para uma nova realidade social e econômica.

> É a partir desse contexto que se identifica uma complexificação da sociedade e uma crescente urbanização, com várias consequências, entre as quais a ampliação da demanda por instrução pública, dadas as oportunidades de mobilidade, ascensão social e trabalho para pessoas letradas (GONÇALVES, 2016, p.39).

Nessa conjuntura apresentou-se um ideário positivista tendo a educação como meio de instrução da sociedade, pois, grande parte da população era analfabeta no país. Caberia à escola então o papel de se responsabilizar para atender a população com uma dimensão cívica. A disciplina de História nesse

contexto, assumiu importante papel, visto que havia a intensão de conduzir os novos rumos da sociedade, para tanto era preciso construir um saber sobre o passado nacional, com a importante tarefa de criar um ideal de nação, segundo a democracia liberal. Nas palavras de Toledo (2005):

> Saída das lutas pela independência a classe senhorial tinha diante de si o desafio de construir e consolidar os princípios da nova sociedade, e para isso precisava construir uma identidade de classe governante que implicava no seu reconhecimento como um corpo político uno, capaz de realizar o trânsito do processo de colonização para o de emancipação política e constituição do Estado Imperial (TOLEDO,2005, p.1).

Apresentou-se nesse contexto uma oportunidade para a classe dominante firmar uma nova identidade, visto que estava vivendo um momento de transição da colonização para a emancipação política. Neste sentido, seria necessária uma organização com vistas a transmitir a ideia de um grupo forte e competente, com importante tarefa de construir um Estado Imperial. Sendo assim era fundamental que apresentasse um domínio da situação em relação a sociedade, que estava ingressando em tempos de mudanças.

A disciplina de História no Brasil centrou-se nas traduções de compêndios franceses" sob a alegação de que aos brasileiros faltavam experiências e porque era "exercido sobre nós as ideias e os costumes franceses" (NADAI, 1993, p.146). A História ensinada inicialmente no Brasil, foi submetida a um papel secundário, com pouco número de aulas, sob a alegação de não possuir uma "estrutura própria, nem um repositório de biografia de homens ilustres, de datas e de batalhas" (NADAI,1993, p.146).

A História, em sua ênfase nacional, seguiu enfrentando desafios para se firmar, pois tinha a imposição do modelo francês, mas a "ansiedade com a constituição da nacionalidade e a formação da nação esteve sempre presente" (NADAI,1993, p. 146).

A preocupação de composição da História do Brasil neste contexto se fortaleceu, e a fim de motivar essa identidade muitos símbolos nacionais e heróis foram criados, no sentido de conferir uma determinada versão enobrecedora sobre os fatos e personagens, considerados relevantes, (GONÇALVES, 2016 p.41).

Dentre os símbolos mais importantes, destaque para a bandeira brasileira adotada a partir de 19 de novembro de 1889 e o hino nacional com letra proposta

por Joaquim Osório Duque Estrada em 1909, mas oficializada somente em 1922 por um decreto presidencial (GONÇALVES, 2016).

Os anos de 1930 foram marcados pela criação do Ministério da Educação e Saúde Pública e a Reforma de Francisco Campos, acentuou-se o fortalecimento do poder central do Estado e o controle sobre o ensino (PEREIRA, 2014, p.4). Francisco Campos foi o primeiro ministro responsável por promover a reforma escolanovista.

> Durante as décadas de 1950 e 1960 foram estabelecidas novas expectativas em relação ao ensino de História. Assim, os conteúdos foram selecionados e influenciados por historiadores estrangeiros; neste contexto de pós-guerra, os debates foram colocados no âmbito da escolarização, as pressões intensificaram essas perspectivas e a História foi entendida a partir da discussão linear dos centros econômicos hegemônicos de cana-de-açúcar, mineração, café e industrialização (PEREIRA, 2014, p. 5).

Em 1964 veio o golpe militar, e neste contexto, ocorreram reformas no âmbito educacional.

No ano de 1971, a disciplina de História no Brasil continuava seu caminho de lutas pois uma nova crise se estabelecia com a imposição da lei 5692/71 no qual a disciplina perdia seu espaço tendo suas aulas semanais reduzidas, conteúdos suprimidos em algumas séries e substituídos por Estudos Sociais, em outros casos foi alternada com as aulas de Geografia. A História e a Geografia deixaram de existir separadamente no 1º grau e no lugar delas foi criada a disciplina de Estudos Sociais. Mesmo com esta situação, a disciplina de História retornou paulatinamente no final dos anos de 1980 aos currículos das escolas.

Durante a sua trajetória, a referida disciplina foi conquistando seu espaço e importância. Segundo Almeida Neto (2016, p. 17) “Nas últimas cinco décadas o ensino de História vem se constituindo como campo profícuo de práticas e pesquisas no Brasil, notadamente a partir dos anos de 1980”. Estas pesquisas abordaram os mais variados temas relacionados ao ensino de História, o que deu origem a uma extensa literatura produzida no país, composta por uma variedade de publicações que tem se multiplicado em grande quantidade.

Sobre a história do ensino de História no Brasil, Silva e Fonseca (2010) acrescentam:

> A história da disciplina História, na educação escolar no Brasil, tem sido objeto de vários estudos, tanto no âmbito das pesquisas e publicações acadêmicas, como no da produção de diretrizes curriculares, livros

> didáticos e paradidáticos, de programas e projetos de formação de professores. Análises da produção, na área do ensino e da aprendizagem, evidenciam preocupações recorrentes com o papel da História como disciplina escolar; os currículos, critérios/modos de organização e seleção curricular; livros didáticos e paradidáticos; metodologias e práticas de ensino consideradas adequadas, críticas ou formativas. Cartografias da produção demonstram que esse terreno é controverso, habitado por disputas, interesses, consensos e dissensos teóricos e políticos. (SILVA, FONSECA,2010, p.15).

Estes estudos nos mostram a direção para uma mudança na maneira como concebemos a disciplina de História no interior das escolas. No contexto atual, corroborando com os autores acima citados, a disciplina de História segue enfrentando desafios como por exemplo: a tentativa de redução da carga horária, a diminuição do seu espaço curricular em determinados Estados, tentativa de recriminação de conteúdos por alguns grupos sociais, e um problema recorrente é a forma como se engendra o ensino dessa disciplina nas salas de aula. Neste sentido é possível constatar que as permanências em relação a essa disciplina são recorrentes, ainda que os estudos e as pesquisas acadêmicas sobre a disciplina apontem rumos de mudanças na forma como o ensino de História é idealizado.

> Vivemos portanto, um momento de singular contradição, no qual, uma grande efervescência na produção acadêmica, traduzida nas pesquisas, encontros, e articulações internacionais, confrontam-se com proposições no campo das políticas educacionais que tencionam reduzir o espaço curricular e/ou reconfigurar o ensino de história na educação básica, com desdobramentos imprevisíveis para os cursos de Licenciatura de História, enquanto determinados grupos sociais e políticos procuram controlar e até censurar os conteúdos a serem ensinados ou efetivamente ensinados por professores de História na sala de aula (ALMEIDA NETO,2016, p.18,19).

Muitos destes desafios estiveram presentes ao longo da disciplina de História. No que diz respeito às produções acadêmicas e suas publicações sobre ensino de História, estas constituem importante fonte, pois puderam se expandir, assim como muitas problematizações relevantes sobre Ensino e História, por diferentes agentes e instituições, buscando responder a assuntos emergentes em diferentes contextos.

1.1 ÁFRICA E BRASIL: ALGUMAS INFLUÊNCIAS

A África é um continente rico banhado pelos oceanos Índico e Atlântico, além do Mar Mediterrâneo. Com grande diversidade cultural, a sua história tem intensa articulação com a história do Brasil. Afinal, muitos africanos foram trazidos para nosso país, entre os séculos XVI e XIX, trazendo consigo as suas culturas, danças, culinária, cerimoniais religiosos e tradições. Segundo Cavalleiro (2006) ”as populações negras desembarcadas no Brasil foram distribuídas em grande quantidade nas regiões litorânea, com maior concentração no que atualmente se denomina regiões Nordeste e Sudeste”. (CAVALLEIRO, 2006, p 14). Essa variedade cultural gera influencia até os dias de hoje, e compõe o multiculturalismo brasileiro. Os africanos que aqui se instalaram, ajudaram a desenvolver essa história.

A história da África e a cultura afro-brasileira estão fortemente unidas e precisam ser reconhecidas e valorizadas. No Brasil existe uma enorme população de descendentes africanos, segundo os dados do IBGE (2015) mais da metade da população brasileira se auto declara pretos ou pardos (54%), estes dados ilustram a forte presença dos negros em todo o território nacional. Assim compreende-se porque as influências são muito fortes e estão presentes na música, na culinária com comidas típicas, na religião com o candomblé, na moda com as cores e usos de turbantes, no dia-a-dia com seus costumes, enfim constituindo uma riqueza cultural.

Por todas essas influências, mescladas à nossa cultura, é perceptível o quanto se tem da África no Brasil e no cotidiano da população. Contudo, apesar de todo esse leque de contribuições, muitos não apresentam consciência quanto à participação efetiva dos africanos e afro-brasileiros no Brasil, seja porque essas informações estavam ausentes no currículo escolar, ou porque de alguma forma, esses dados não foram apresentados de forma verídica, seja pelo “mito da Democracia Racial brasileira” (MÉRIAN,2008). Segundo Mérian, (2008, p.51), “os negros, por serem escravos e representantes da barbárie, tornaram-se indignos de aparecerem na galeria dos antepassados da nação brasileira”. O fato é que esse

desconhecimento, silenciamentos ou preconceitos, provocam uma barreira enorme, frente ao reconhecimento da desigualdade étnico-racial.

Para Melo (2016, p.83) a variedade do Brasil se apresenta: “na diversidade territorial e ocupação espacial, na organização econômica, na complexidade política, na heterogeneidade social e na variedade religiosa, o que torna a sociedade em que vivemos complexa e visivelmente desigual”.

> Dessa pluralidade da população brasileira representada nos números e índices apontados, resultam desigualdades manifestas em tensões e conflitos sociais que, por sua vez derivam a organização da sociedade civil na luta pela conquista de direitos e na busca de soluções para esses conflitos (MELO,2016, p.84).

Em virtude dessa grande soma, a consideração à diferença e a pauta de afirmação tornam-se questões de grupos, associações, grêmios, instituições, ONGs e coletivos, que reunidos tecem proposições, tornando-se protagonistas de mudanças sociais (MELO, 2016, p.84).

1.2 A REPRESENTAÇÃO DOS NEGROS NO LIVRO DIDÁTICO

Quanto à representação dos negros nos livros didáticos, eles não foram citados com a sua devida participação, esse reconhecimento lhe foi negado. Segundo Vogt (2016) que realizou uma pesquisa em alguns livros didáticos de História da primeira metade da década de 1980, sobre como os negros e os escravos eram retratados, ressalta que “o negro foi sempre analisado no coletivo e nunca como sujeito, e como escravo. Os livros didáticos dessa forma, reproduzem o discurso historiográfico do período” (VOGT, 2016, p.62). Ainda sobre a representatividade do negro na História e corroborando com o autor da pesquisa citada, Fonseca (2000) confirma:

> O negro foi frequentemente associado na historiografia brasileira à condição social do escravo. A menção ao primeiro remete-se quase automaticamente à imagem do segundo. Negro e escravo foram vocábulos que assumiram conotações intercambiáveis, pois o primeiro equivalia a indivíduos sem autonomia e liberdade e o segundo correspondia – especialmente a partir do século XVIII – a indivíduo de cor. Para a historiografia tradicional, este binômio (negro-escravo) significa um ser economicamente ativo, mas submetido ao sistema escravista, no qual as possibilidades de tornar-se sujeito histórico, tanto

> no sentido coletivo como particular do termo, foram quase nulas (FONSECA, 2007, p. 4, apud CORREIA, 2000 p. 87).

Nas palavras de Fonseca (2007, p. 4-5) “As concepções, que durante muito tempo imperaram na historiografia, reduziram os negros à condição de objetos”, como sendo eles indivíduos em posição de absoluta dependência, carentes de seus direitos, sem nenhuma participação dentro da coletividade onde conviviam. “A sua condição de sujeito não foi simplesmente negada, mas absolutamente desconsiderada em favor da descrição de um quadro que delimitava lugares sociais muito precisos para eles enquanto grupo racial. ”

Corroborando com os autores acima sobre a representação do negro nos livros didáticos Silva (2011, p.13) acrescenta que era infrequente a presença do negro “essa rara presença era marcada pela desumanização e estigma”. Essa pesquisa foi efetivada em livros de Língua Portuguesa da década de 1980. Porém a mesma desenvolveu uma outra pesquisa, já na década de 1990 com livros didáticos de Língua Portuguesa de Ensino Fundamental de 1º e 2º ciclos, investigando as transformações ocorridas na representação do negro. Nesta segunda pesquisa Silva (2011) afirma serem satisfatórios os resultados, pois estes apresentaram indícios de mudanças significativas nos textos e nas ilustrações desses livros. É importante salientar que essa mudança identificada pela autora fora anterior à obrigatoriedade da lei 10.639/03, portanto, esse resultado significa que já havia uma preocupação com a legitimidade da representação dos negros nos livros didáticos, que foi fortalecida com a promulgação da lei.

Sobre a importância e legitimidade dos negros na sociedade e como caminhar dando um novo rumo para a nossa história, Cavalleiro (2006) destaca: “uma das formas de valorização da história e cultura do povo negro é formular projetos no sentido de promover políticas públicas e programas para a população afro-brasileira”,

> Entre os resultados, a Lei 9.394/96 foi alterada por meio da inserção dos artigos 26-A E 79-B, referidos na Lei nº 10.630/2003, que torna obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africanas no currículo oficial da Educação Básica e inclui no calendário escolar o dia 20 de novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra (CAVALLEIRO, 2006, p.19).

De acordo com a autora, essa conquista contou “coerentemente com as reinvindicações e propostas históricas das fortes campanhas empreendidas pelo

Movimento Negro” (CAVALLEIRO,2006, p.19). A política de ação afirmativa para incluir no currículo a temática da cultura afro-brasileira e africana, constitui grande estratégia de valorização, visto que o tema era tratado em desconexo com a vida social e até mesmo discriminada no habitual da escola e nos currículos.

2. A LEI 10639/03

Sancionada em dezembro de 2003 pelo então presidente da república Luiz Inácio Lula da Silva, a lei 10.639 é apresentada como uma proposta de promoção de um conhecimento livre de preconceitos e distorções, contribuindo, a médio e longo prazos, para uma sociedade mais aberta à discussão, e tolerante às pluralidades étnicas raciais no Brasil. Sobre sua obrigatoriedade:

> A instituição da obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana e promoção da educação das relações étnico raciais na Educação Básica ocorreu a partir da aprovação da Lei 10.639/03, em janeiro de 2003. Em complementaridade à Lei 10.639/03, foi promulgada a Le11.645/08, a qual tornou obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena no currículo escolar (PAIN, 2016, P.153).

A implementação da Lei 10.639/03, foi resultante de um longo processo de lutas e reinvindicações. Em vigor desde então, a Lei busca a implantar novos conteúdos, apontando para à correção histórica de um currículo oficial que manteve silêncio sobre a cultura e as raízes antepassadas de grande parte da população brasileira.

> A assinatura dessa lei, foi resultado de algumas políticas de ações afirmativas, criadas pelo governo anterior, Fernando Henrique Cardoso, sob pressão dos Movimentos Negros. O presidente iniciou um processo de discussão das relações raciais admitindo oficialmente que os negros eram discriminados (MORAES, 2015, p. 7).

A lei 10639/03 que altera a lei 9394/96 (LDB) nos seus artigos 26-A, e 79-B, apresenta o seguinte:

> Art. 26 A- Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.
> § 1o O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.
> § 2o Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em Especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

> Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra' (BRASIL, 2003).

Esta lei representa uma grande conquista para a educação formal, porque tem em vistas uma sociedade mais justa e igualitária. Sua proposta oferece possibilidades de superação dos entraves apresentados ao longo dos anos de discriminação direcionados a essa etnia, sendo este importante ato de reconhecimento da existência do racismo e preconceito. Quanto à alteração da lei:

> [...] essa modificação foi considerada um marco no campo educacional por tornar obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira que versaria sobre aspectos não ligados apenas a um passado distante, o do africano escravizado no Brasil e seus descendentes, mas também sobre a contribuição do negro na formação da nação em vários setores, não descartando, entretanto, um aspecto mais atual (MORAES, 2015, p. 242).

Depois dessa lei, outro ato público foi efetivado a fim de dar suporte a sua aplicação. Foram confirmadas pelo (CNE) Conselho Nacional de Educação, em 2004, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de História da Cultura Afro-Brasileira e Africana*,* que teve como objetivo instrumentalizar o atendimento às demandas da lei de 2003, ou seja, cunhar orientações didáticas e novas expectativas de enfoques. Então sob forma de Resolução nº1, de 17 de junho de 2004, as Diretrizes Curriculares Nacionais, apresenta em seu primeiro artigo o seguinte:

> Art. 1° - A presente Resolução institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, a serem observadas pelas instituições de ensino de Educação Básica, nos níveis de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação Média, Educação de Jovens e Adultos, bem como na Educação Superior, em especial no que se refere à formação inicial e continuada de professores, necessariamente quanto à Educação das Relações Étnico-Raciais; e por aquelas de Educação Básica, nos termos da Lei 9394/96, reformulada por forma da Lei 10639/2003, no que diz respeito ao ensino sistemático de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, em especial em conteúdos de Educação Artística, Literatura e História do Brasil (BRASIL, CNE, 2004).

Esta ação que se inicia com os órgãos normativos, precisa ser apoiada para ser adaptada à realidade de cada escola, para que a partir de então possam ser deliberadas as estratégias que, quando postas em ação, determinarão e viabilizarão o cumprimento eficaz da lei. Quanto à efetiva mudança, Roza (2015)

adverte: “Apesar da obrigatoriedade da mudança curricular realizada pela Lei 10.639/03, as diretrizes que a implementam apresentam perspectivas de normatização marcadas pela flexibilidade e pela pluralidade de possibilidades sugeridas”. (ROZA, 2015, p.4). Esta afirmação confirma que depende das ações que cada profissional vai desempenhar em sala de aula, inclusive no que diz respeito à interdisciplinaridade.

O mesmo documento apresenta algumas direções para o desenvolvimento destas ações, e destaca-se a seguinte:

> O ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, a educação das relações étnico-raciais, tal como explicita o presente parecer, se desenvolverão no cotidiano das escolas, nos diferentes níveis e modalidades de ensino, como conteúdo de disciplinas, particularmente, Educação Artística, Literatura e História do Brasil, sem prejuízo das demais, em atividades curriculares ou não, trabalhos em salas de aula, nos laboratórios de ciências e de informática, na utilização de sala de leitura, biblioteca, brinquedoteca, áreas de recreação, quadra de esportes e outros ambientes escolares (BRASIL, CNE, 2004).

Seguindo essas orientações e assumindo que a Educação Básica é etapa propícia a um esclarecimento sobre a cultura de igualdade, acreditamos que é possível desenvolver uma educação inclusiva com novos conteúdos, possibilitando uma reelaboração das relações étnico-raciais, em todos os níveis de ensino, para uma descolonização a ser desenvolvida dentro e fora do campo educativo.

Sobre o viés da obrigatoriedade da lei, Paim, (2016) apresenta o seguinte:

> A partir da referida lei tornou-se obrigatório apresentar nos livros didáticos imagens que tragam outras abordagens que vão além de mostrar os Africanos e as Histórias das Áfricas em uma condição negativa, o que embora de maneira lenta, vem rompendo com a tendência das crianças brancas em desvalorizar os Africanos e suas culturas, e das crianças Africanas em sentirem-se humilhadas ou rejeitarem suas identidades (PAIM, 2016 p.162).

Depois da lei, nos livros didáticos, sobre a mudança de olhar Roza, (2015) chegou a uma importante conclusão:

> A valorização de personagens negros nos livros didáticos tornou possível perceber a necessidade de pesquisas que busquem analisar as representações de africanos e afro-brasileiros em livros didáticos de

> história circunscritos ao contexto da escravidão. Apesar de a escravidão ser um dos processos centrais para a configuração em perspectiva histórica da identidade, da memória e da história afro-brasileira, em seus efeitos sociais, políticos, identitários, culturais e econômicos, outros aspectos da experiência histórica afro-brasileira devem ser objeto de investigações acadêmicas, uma vez que muito pouco ainda é conhecido sobre as abordagens em circulação nos artefatos culturais voltados para o ensino-aprendizagem no contexto posterior a Lei 10.639/03 (ROZA, 2015, p.22).

De acordo com o autor, existem materiais com outras abordagens sobre o negro, incluindo enfoques positivos, no entanto a escravidão fez parte do processo de formação da identidade dos negros, não tendo como ser negada ou desconsiderada. Já para Munanga (2005) a responsabilidade de desenraizar o racismo e preconceito não vem só da obrigatoriedade das leis, também é fato que precisamos ter consciência de pertencimento de um povo que sofreu escravidão, mas precisamos desconstruir a fantasia da raça superior.

> Não existem leis no mundo que sejam capazes de erradicar as atitudes preconceituosas existentes nas cabeças das pessoas, atitudes essas provenientes dos sistemas culturais de todas as sociedades humanas. No entanto, cremos que a educação é capaz de oferecer tanto aos jovens como aos adultos a possibilidade de questionar e desconstruir os mitos de superioridade e inferioridade entre grupos humanos que foram introjetados neles pela cultura racista na qual foram socializados (MUNANGA, 2005, p.19).

Portanto, para o autor a educação é o meio mais eficaz de disseminar a cultura da igualdade entre os povos, ou seja, veículo de propagação de identidade entre as diversas culturas. Para Azevedo (2003), “Não se trata apenas de ajuste de contas com a memória, mas se trata também do ajuste de contas com o direito humano de se ter uma memória, recontada sob outro prisma”. (AZEVEDO,2003, p.3)

A mudança na legislação significa um avanço importante, pois apresenta uma abertura para que o país tome medidas competentes para retificar os prejuízos de ordem cultural, social e econômica provocados ao longo de muitas décadas de negação, discriminação e preconceito.

Entretanto, mesmo após a obrigatoriedade da lei é possível notar que, ainda prevalecem muitos silenciamentos e desconhecimentos em relação a este tema. Segundo Gomes:

> A sua efetivação dependerá da necessária mobilização da sociedade civil a fim de que o direito à diversidade étnico-racial seja garantido nas escolas, nos currículos, nos projetos político-pedagógicos, na formação de professores, nas políticas educacionais, etc (GOMES, 2011, p.8).

O desafio que surgiu, tanto antes, quanto depois da lei foi o de “aprender a desaprender tudo o que foi imposto pela colonização e desumanização” (PAIM, 2016, p.162), o que permitiria um novo olhar sobre a história, inclusive para que depois dessa desconstrução consigamos validar o conhecimento, que nos fora negado, acerca da contribuição desse povo.

Depois da lei Nº 10.639/03, não foram somente as representações nos livros didáticos que indicaram sinal de mudanças. A obrigatoriedade de abordagem do tema, possibilitou um novo olhar para as crianças negras, as quais puderam ter a oportunidade de se orgulharem de suas identidades e rica história, e de seus antepassados (PAIN, 2016, p.162).

Os novos conteúdos ligados à temática surgiram como rotas de estudos, terreno para construção de um viés realista e positivo, visto que, anteriormente, era salientada somente a condição negativa de escravidão e sofrimento. Outra dimensão a ser destacada depois da lei, é o fato de que falar da África em sala de aula de uma forma respeitosa deixou de ser “fato” de alguns militantes, pois ganhou uma grande dimensão dando vez e voz ao tema em todos os espaços educativos. Nas palavras de Azevedo (2003) sobre a importância de se estudar a África no Brasil:

> Ressalta-se a urgência dos estudos africanos entre nós, não só para desfazer estereótipos e classificações arbitrárias de todo tipo, mas para deslocar o olhar para novas formas de produção do conhecimento histórico: ante eurocêntrico, policêntrico, dialógico e antirracista (AZEVEDO, 2003, p. 4).

Para tanto faz-se necessário um novo olhar sobre qual conteúdo ensinar nas salas de aulas, pois a África constitui um grande tema a ser estudo, não quer dizer que vamos sair de um olhar eurocêntrico para um olhar afrocêntrico. Deve-se estudar a África sozinha em todas as suas dimensões e não atreladas ao Brasil e deve-se também pensar os negros, a África e os africanos como sujeitos históricos e sujeitos da produção do conhecimento (AZEVEDO, 2003). Sobre o legado negativo, Rocha (2016) discorre:

> A hierarquização das raças, etnias e culturas legou para os negros e negras o espaço da subalternidade, levando assim, em termos de significação, para uma interpretação negativa construída em meio a imagens que estigmatizaram o (a) africano(a), tratando como sinônimo de escravizado(a), pois ao pensarmos em africanos(as) incorporamos ao processo histórico de construção da sociedade brasileira na perspectiva da escravidão (ROCHA, 2016, p.58).

Sendo assim, a importância da discussão da pluralidade étnica tornou-se singular pois dá lugar a uma outra realidade, o reconhecimento da participação do negro em nossa história e cultura. O estigma da escravidão, que acompanha os negros até os dias de hoje, apresentando-os como subalternos, é condição primordial a ser combatida, pois o racismo e o preconceito vêm sendo constituídos, recriados e nutridos ao longo de nossa história. Entende-se que o racismo não se combate apenas com decretos, faz-se necessário eliminar toda e qualquer forma de resistência, principalmente desconstruir o modelo de como foi a educação do passado, uma vez que esse sistema explicativo é usado até hoje, com sua visão eurocentrada, é o que Hobsbawm (1984) chama de “tradição inventada”, por esse termo, segundo o autor:

> [...]entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente; uma continuidade em relação ao passado (HOBSBAWM, 1984, p.10).

De acordo com o autor sempre que possível deve-se tentar dar ou até mesmo estabelecer continuação com um passado histórico apropriado, a exemplo disso as construções de prédios e casas com seus variados estilos que são reproduzidos. Por questões que apresentam permanências e recorrências quanto ao ensino de História, é que se reitera a obrigatoriedade e o desafio de pôr em prática a lei, visto que “os temas não estavam contemplados nos currículos formais, nos planejamentos escolares e nos livros didáticos” (MORAES,2015, p.2) anteriormente.

> A implementação da lei 10639/03 no contexto escolar é um desafio para que toda sabedoria relacionada à história e a cultura Africana e Afro brasileira se torne um conhecimento presente, efetiva e positivamente, na sala de aula (NUNES, 2016, p. 155).

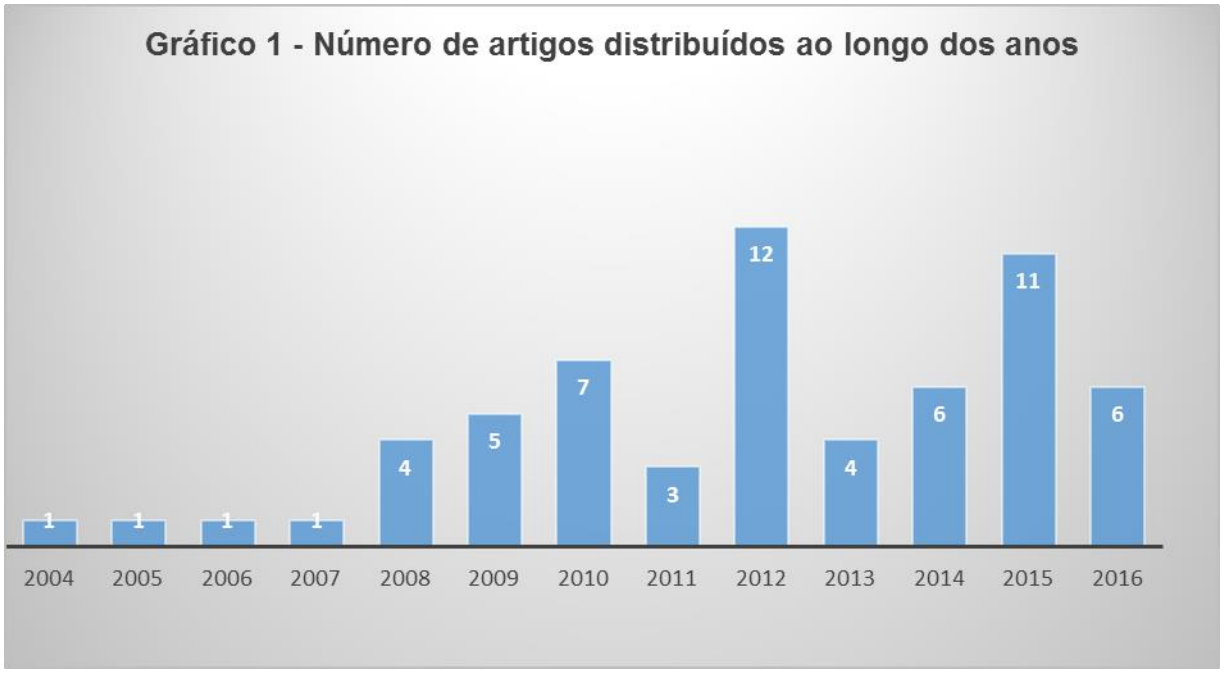
Neste desafio de dar visibilidade a essa proposta educativa, é fundamental a participação de professores interessados na escolha, seleção e organização dos temas a serem trabalhados, e que juntos à comunidade escolar, possam construir o planejamento curricular a ser estudado. Este ato representa uma possibilidade de fazer uma educação contextualizada na expectativa de Paulo Freire, uma educação para a autonomia que passa pelo respeito à diversidade em vários âmbitos, inclusive étnico-racial. No que se refere à lei na escola, Gomes (2008, p. 86) adverte:

> A interpretação equivocada da lei também pode resultar em ações desconexas e estanques na escola que tendem a folclorizar a discussão sobre a questão racial, como por exemplo: chamar um grupo cultural para jogar capoeira sem nenhuma discussão com os alunos (as) sobre a corporeidade negra; realizar uma vez por ano um desfile de beleza negra desconectado de uma discussão mais profunda sobre a estética afro-brasileira; colocar os alunos (as) da Educação Infantil para recortar pessoas negras de revistas étnicas e realizar trabalhos em sala ou enfeitar o mural da escola sem problematizar o que significa a presença dos negros na mídia; chamar os jovens do movimento hip-hop para participar de uma comemoração da escola, desconsiderando a participação de alunos e alunas da própria instituição escolar nesse mesmo movimento; tratar o dia 20 de novembro como mais urna data comemorativa, sem articular essa comemoração com uma discussão sobre o processo de luta e resistência negras (GOMES,2008, p.86).

Muito embora que existam profissionais que realizam propostas pedagógicas com seriedade e de forma bem contextualizada, segundo a autora o alerta aqui sugerido faz referência ao cuidado com a forma como essas ações pedagógicas poderão ser efetivadas e a necessidade de articulá-las com estudos e reflexões mais profundos, considerando-se também os alunos dos distintos níveis de ensino e nos diferentes ciclos da vida (GOMES, 2008).

3. ANÁLISES SOBRE AS PRODUÇÕES ACADÊMICAS PESQUISADAS

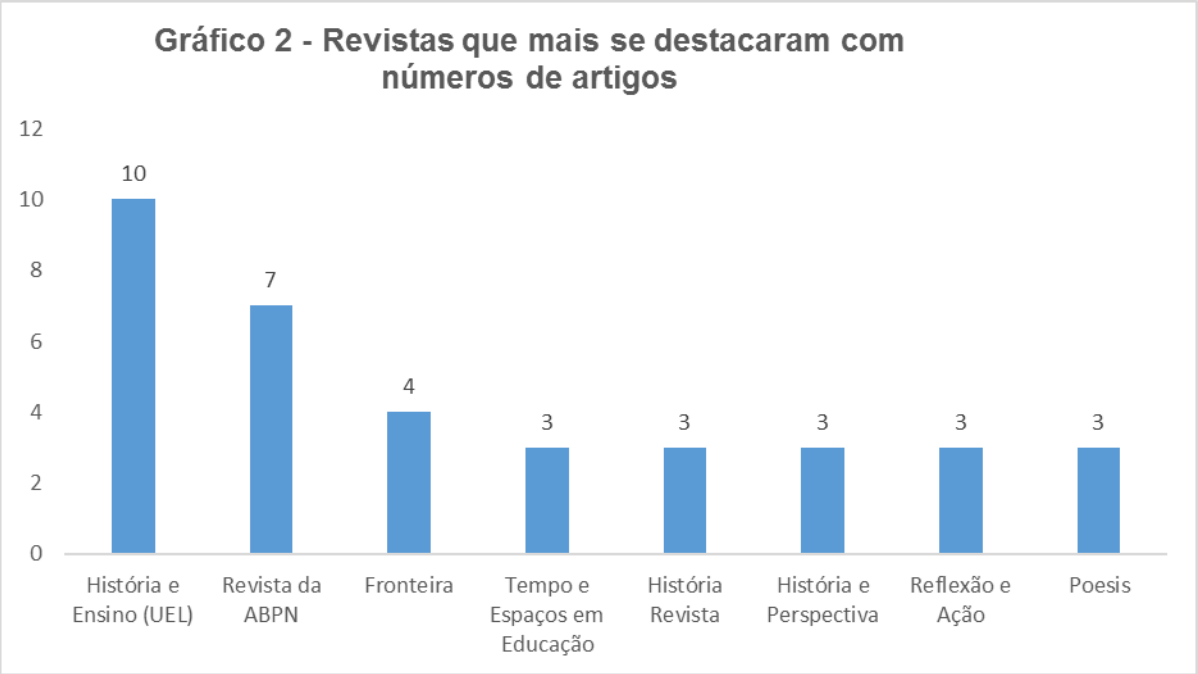
Foram selecionados, nesta pesquisa, 62 artigos sobre o tema. Apesar do recorte temporal começar em 2003, os artigos escolhidos aqui datam a partir de 2004, pois em 2003 não foram encontrados trabalhos que contemplavam o objeto de estudo desse trabalho. A tabela completa consta no apêndice 2.



Fonte: elaborado pela autora, com base nos artigos pesquisados.

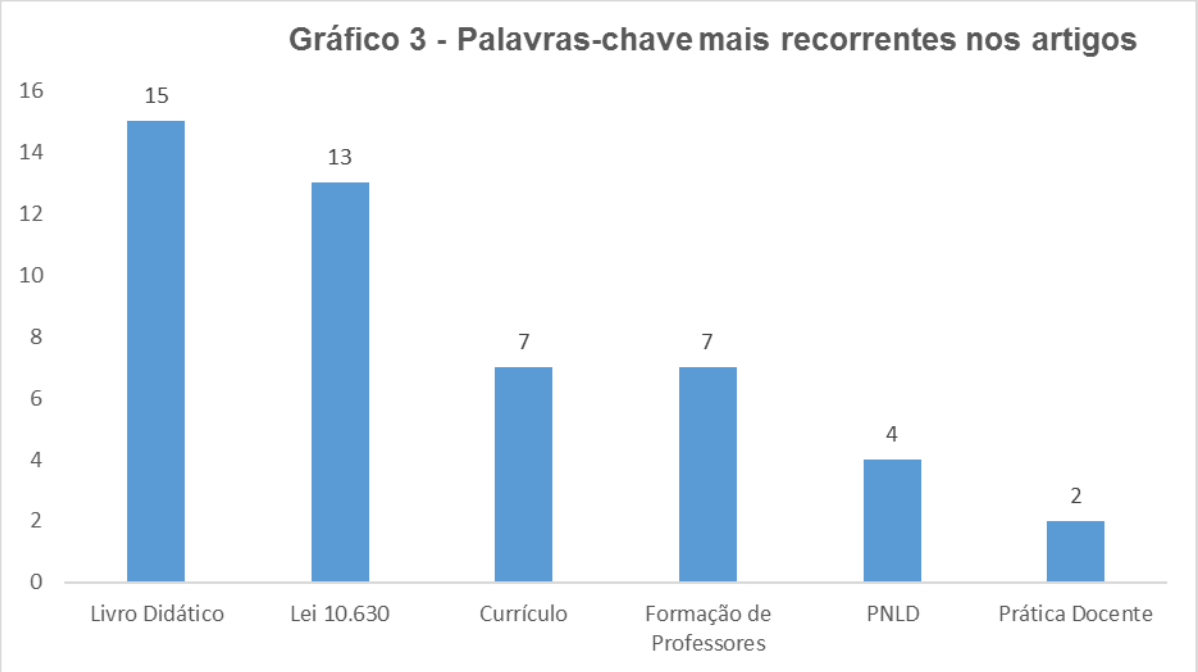
A distribuição dos artigos se apresenta irregular ao longo do período recortado, no entanto, é perceptível um gradativo interesse crescente no tema. Como o ano de publicação não está no controle dos pesquisadores, é complexo estabelecer uma explicação para esta variação do número de artigos. No ano de 2004 foram aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação, as "Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e africana" (DIAS 2015, p. 3). Nos anos de 2005, 2006, 2007, somente um artigo para cada ano. Já no ano de 2008 foram confirmadas e reeditadas algumas coleções didáticas no PNLD (ROZA, 2015, p.3). Estas questões podem ter contribuído para um aumento das produções acadêmicas, pois suscitavam debate sobre o tema. Também segundo Oliva (2009) neste mesmo ano começaram a surgir "resultados obtidos pelo projeto de pesquisa "A África nos Bancos Escolares", desenvolvido ao longo dos anos de

2007 e 2008". Os anos de 2009, 2010 e 2011, também apresentam suas contribuições. Como destaques, os anos de 2012 e de 2015 se apresentam como os mais produtivos, em 2013, 2014 e 2016, igualmente foram publicados trabalhos. Os autores expõem suas produções com variados focos, como será abordado adiante.



Fonte: elaborado pela autora, com base nos artigos pesquisados.

Dentre as revistas selecionadas na pesquisa, somente em 28 delas houve identificação de artigo sobre o tema. Essas revistas em sua grande maioria contribuíram com apenas um artigo, e não aparecem no gráfico, foram 16 no total, ficando o restante distribuídos entre as demais revistas. Em destaque as que mais colaboraram **História e Ensino** (**UEL)** e Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (**ABPN**), sendo que a primeira é a única dentre os periódicos pesquisados, que tem como objetivo especifico o Ensino de História, e a segunda, embora não tenha este objeto, volta-se com preocupação para a temática da presente pesquisa.



Fonte: elaborado pela autora, com base nos artigos pesquisados.

Dentre os artigos selecionados algumas palavras-chave se destacaram, chamando a atenção para o conteúdo dos artigos, como o livro didático, a Lei 10.639/03 e o currículo, conforme apresentado no gráfico 3.

Como exemplo destacamos os seguintes: “O uso e Apropriações das Narrativas do Manual Didático” (GEVAERD, 2012), “ Relações Étnico-raciais, Educação e Descolonização dos Currículos” (GOMES, 2012), “Narrativas dos Docentes sobre a Obrigatoriedade do Ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Delineando Novas Práticas Pedagógicas” (ROCHA, 2015), e “ Valorização de Personagens Negros como Conteúdo Curricular no Livro Didático” (ROZA, 2015). Há grande quantidade de artigos que citaram o livro didático, mesmo que este não tenha sido indicado nas palavras-chave.

No caso do ensino de História, como este recurso deve abordar a temática da História da África e da cultura africana e afro-brasileira, demonstra a importância que o mesmo apresenta, visto que:

> [...] as abordagens acerca dos estudos africanos, presentes ou ausentes nas coleções de livros didáticos de História, aparecem como ingredientes chaves na composição, transformação e manutenção das referências e imagens que o público escolar constrói sobre aquele continente e suas sociedades (OLIVA, 2009, p.2).

Como citado anteriormente, o livro didático é um dos meios mais utilizados para se desconstruir ou construir saberes sobre determinado assunto, visto que o mesmo é ainda hoje o caminho quase que exclusivo para as camadas populares terem acesso ao conhecimento mais formal (SILVA, 2008). Tendo em sua grande importância, em especial quanto a suas abordagens aos conteúdos, é que se tem produzido muitos debates envolvendo a temática da África. Oliva (2009, p.1) afirma: “Os últimos anos foram marcados por alguns produtivos e intensos debates envolvendo o ensino da história africana, é certo que a Lei 10639/03 foi uma das forças dinâmicas desse processo”. Os livros didáticos são importantes porque:

> [...] entendemos que eles têm um papel fundamental na formação de identidades e na construção de representações acerca do outro, além de serem uma ferramenta muito importante e praticamente indispensável a professores e alunos no ensino da História (JANZ, 2014, p.4).

Mas ao mesmo tempo, não se pode esquecer que o livro didático não é só o principal veículo de difusão da história na sociedade brasileira contemporânea, é também de acordo com Janz (2014, p.5) “uma mercadoria, e como tal serve ou pode vir a servir aos interesses de alguns grupos sociais” que desejam orientar ou selecionar costumes, identidades e valores, sendo que o próprio currículo neste sentido, é objeto de disputa.

As palavras-chave em maior destaque em geral nos artigos, aparecem juntas porque a discussão sobre o livro didático com relação à inclusão da História e Cultura Africana e Afro-brasileira, está prescrita no Artigo 26- da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, alterado pela Lei 10.639/03 (DIAS, 2014, p.3). O livro didático como material de apoio para o desenvolvimento da educação é incontestável:

> Desde 1938, com a criação da Comissão Nacional do Livro Didático – CNLD, a importância do livro didático como material de apoio para o desenvolvimento da educação vem ganhando força. Depois, com a assinatura do acordo MEC-USAID[1], em 1966, cresceu a distribuição de livros pelo governo federal, ação que se consolida em 1985 com a criação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Em 1993 o Ministério da Educação criou uma comissão de avaliação do livro didático na qual os critérios são continuamente atualizados, e por força dos movimentos sociais os editais mantêm como um dos critérios de seleção

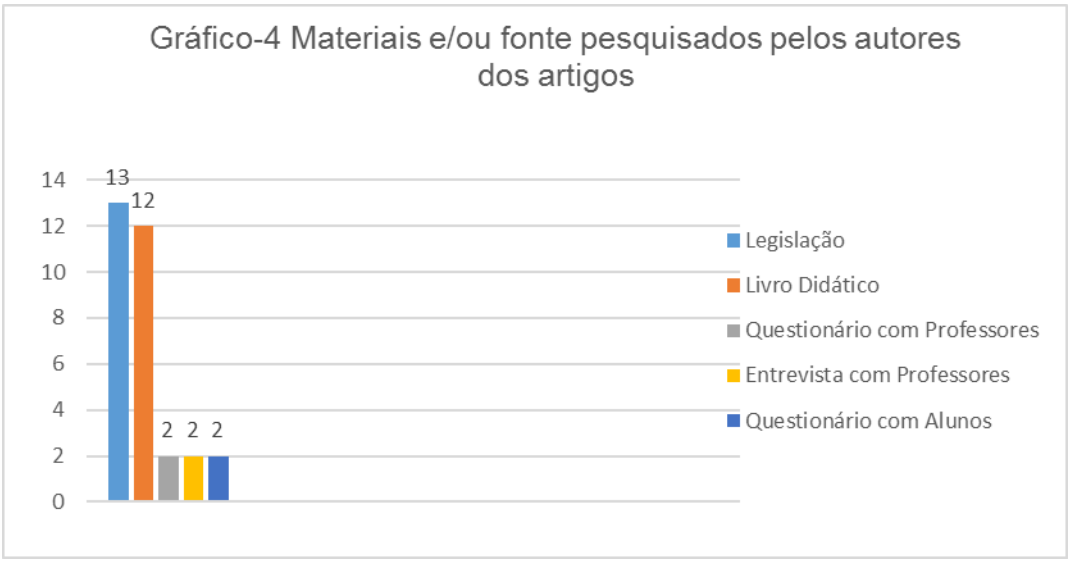
[1] Ministério da Educação e Cultura e *Agency for International Development,* órgão do Governo dos Estados Unidos da América.

> a perspectiva da não discriminação, sendo que desde 2013 está incluso nesse processo o combate à discriminação em relação a mulheres, negros, indígenas e homossexuais (DIAS, 2014, p.4).

A autora, que abordou em seu artigo o processo de produção de material didático sobre histórias e culturas afro-brasileiras e indígenas, esclarece que embora a preocupação com este conteúdo tenha melhorado, algumas questões em relação à diversidade étnico-racial ainda não foram consideradas devidamente, de acordo com os processos de avaliação desses materiais (DIAS, 2014). Também Moraes (2015) corrobora, sobre o livro didático:

> Afinal, é preciso que os livros caminhem junto com os professores a fim de derrubarem estereótipos e visões negativas a respeito do nosso passado. Não basta a construção de manuais didáticos separados daqueles usados por alunos. As leis precisam entrar nesses materiais, principalmente os que são usados no cotidiano da escola e não apenas em projetos especiais (MORAES 2015, p.22).

Moraes sugere que é preciso relativizar o uso dos materiais didáticos, sobretudo o livro, tendo uma visão crítica sobre eles, e que todos precisam se unir: governos, Secretarias de Educação e Universidades, para a edificação de uma nova realidade no ensino, especialmente com os conteúdos que não foram explorados, durante muitos anos, no ensino formal.



Fonte: elaborado pela autora, com base nos artigos pesquisados.

Os objetos de pesquisa evidenciados neste trabalho ressaltam a importância e a necessidade de continuidade da produção acadêmica por profissionais interessados de pôr em movimento as mudanças previstas na lei. Salienta-se que as fontes apresentaram caminhos, ideias, conceitos e percepções dos professores em relação ao conteúdo. As fontes Legislação e Livro didático apresentaram contribuições, sugestões, denúncias, constatações e por fim esperança de ver em prática o discurso presente no texto da lei. Entre os anos de 2012 e 2015, as fontes se apresentam em maior número, coincidindo com aumento da produção acadêmica neste mesmo período, apresentada no gráfico de distribuição temporal.

As contribuições das outras fontes não são menos importantes e trazem a indicação de um mal-estar dos professores frente ao desafio que é percebido como imposição do conteúdo, indicando por exemplo: “dificuldade de interação e diálogo entre a temática africana com as demais disciplinas do currículo” (CEREZER,2015, p.14). Também outros aspectos salientados pelos professores entrevistados dizem respeito à “omissões e resistências; às deficiências das escolas e a pouca importância atribuída às questões raciais” (CEREZER, 2015, p.22).

É por meio dessas pesquisas que podemos identificar os rumos que os conteúdos estão tomando, e o que poderá ser revisto quanto ao reconhecimento do preconceito, à dificuldade de separar desigualdade de diversidade, e à necessidade de repensar a prática pedagógica para romper com a história eurocentrada.

3.1 PRINCIPAIS AVANÇOS

Alguns dos avanços listados, são apresentados também como perspectiva de desafios pelos autores, visto que tinham a intenção de verificar aspectos inerentes à lei, como por exemplo: o conceito de escravidão existente entre dos professores e alunos; a reflexão sobre a lei, nas escolas; a escravidão nos livros didáticos; como os alunos refletem sobre esse período na história do Brasil desafios do ensino de História no contexto pós-lei.

Neste sentido alguns dos pontos positivos citados pelos autores foram: Reconhecimento político; patrimonialização da memória; desconstrução de

estereótipos; ações interdisciplinares; valorização do ensino de História; o estudo documentos de outras épocas; descolonização dos currículos; desconstrução do mito da Democracia Racial; dialogo emancipatório entre as culturas; valorização da África; compreensão da dimensão histórica; enfrentamento da crítica ao ensino etnocêntrico.

Alguns desses avanços também são apresentados como sugestões do que poderia ser desenvolvido pelos profissionais em sala de aula, visto que para muitos professores a lei ainda está em caráter de implementação. É importante destacar que todas as indicações dos autores sobre avanços expressaram o modo particular como a lei foi recebida em muitos casos, até com um pouco de incredulidade quanto à sua efetivação real.

> De maneira geral, a inclusão dos tópicos de História e Cultura Afro-Brasileira no ensino básico é uma chance a mais no processo de decodificação da sociedade brasileira pois, ao retirar das sombras uma cultura e população nodal à compreensão do ser brasileiro, o estudo das temáticas em relevo propicia a ressignificação de acontecimentos, períodos históricos e relações sociais (CAMPOS, 2004, p.50).

Essa ressignificação da cultura afro-brasileira necessariamente precisa passar primeiro pelos profissionais responsáveis por fazer acontecer o processo de inclusão dos conteúdos, para a afirmação da diversidade cultural, que é entendida segundo Flores (2006, p.10) como "valorização da sociedade plural, com a perspectiva de que a desigualdade não pode ser confundida com a diversidade". Segundo ele, este princípio é julgado republicano: o fato de que a escola deve ter como valor "o respeito às diferenças e não o elogio à desigualdade" (FLORES, 2006, p.10). De acordo com o autor se apresenta, nesta situação, um artifício pois a heterogeneidade brasileira, historicamente resultada da mestiçagem, tornou-se fortemente marcada étnica e economicamente.

Para o reconhecimento político, Correia (2008) se refere a uma dívida histórica, segundo ele

> No bojo de políticas públicas de ação compensatória para população Afrodescendente, a obrigatoriedade do ensino da história afro-brasileira não deixa de ser também uma forma de reconhecimento político pelo Estado nacional brasileiro (CORREIA,2008, p.4).

Segundo o mesmo, em se tratando da importância de uma dívida histórica, a narrativa oficial passa a ser um dispositivo para corroborar com o costume recorrente das desigualdades sociais entre afro-brasileiros e demais brasileiros. Aborda também a patrimonialização da memória e cita como exemplo os quilombos tombados a partir da lei: “A patrimonialização de comunidades remanescentes de Quilombos coloca um problema aos historiadores brasileiros recalcitrantes à ideia das fronteiras fluídas entre passado e presente, História e memória” (CORREIA, 2008, p.5).

É legítimo aconselhar que o procedimento de patrimonializar aconselha “escrutar as memórias do passado, apontar para um passado que não passou, um passado que se abrigou no presente” (CORREIA, 2008).

Dentre as práticas dos professores está uma que pode contribuir para o êxito da temática, é a desconstrução de estereótipos, uma ação necessária e positiva, que precisa ser considerada como uma luta permanente em todos os níveis de educação com vistas a valorização de “todas as características físicas da população, que compõe a sociedade brasileira, em um mesmo plano de valorização estético-moral e afetiva” (AQUINO 2012, p.14). Neste sentido o ensino de História tem sua importância nesta temática pois pode apresentar perspectivas de desconstrução dos estereótipos que estão presentes em falas dos alunos diariamente, que são reforçadas na mídia e muitas vezes em seus lares e que são reflexo de preconceitos historicamente e socialmente estabelecidos.

Sobre a interdisciplinaridade, Pereira (2008, p.5) adverte que “mesmo pressupondo essas ações o ensino de história é, no caso dessa regulamentação, considerado campo estratégico” considerando que a História se movimenta em seus processos com a utilização da memória e com várias e diferentes tentativas de reconstrução de seus valores e sua identidade.

Para Gebran (2010, p. 77) o ensino de História passou por diferentes mudanças nos últimos anos. “A influência dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) demonstra a tentativa de mudança na organização do ensino no que concerne aos conteúdos escolares”. O que pode ser visto como uma possível indicação de transformação, visto que na forma como se vinha estudando as permanências ditavam os passos. Já para Martins:

> A lei estabeleceu entre outras medidas, a inclusão obrigatória de conteúdos programáticos relacionados à história da África e da cultura afro-brasileira nos currículos escolares, bem como a adoção de políticas educacionais e estratégias pedagógicas de valorização da diversidade étnico-cultural pelas escolas do Brasil (MARTINS, 2009, p.2).

Por isso trata-se de uma temática interdisciplinar e não é de responsabilidade de uma disciplina especifica, sendo assim a lei motiva que os conteúdos sejam trabalhados no conjunto de todo o currículo escolar (MARTINS,2009).

No que concerne ao avanço “estudar documentos de outras épocas”, foi sugerido que seria necessária uma compreensão da dimensão histórica na qual a diversidade étnica e cultural seja protagonista. Dessa forma pode-se romper com velhas práticas na abordagem de alguns conteúdos.

Para que ocorra a descolonização do currículo, Gomes (2015) adverte:

> Descolonizar os currículos é mais um desafio para a educação escolar. Muito já denunciamos sobre a rigidez das grades curriculares, o empobrecimento do caráter conteudista dos currículos, a necessidade de diálogo entre escola, currículo e realidade social, a necessidade de formar professores e professoras reflexivos e sobre as culturas negadas e silenciadas nos currículos (GOMES 2015, p.5).

A autora esclarece que já pode considerar alguma mudança nessa descolonização, possível devido ao movimento, ainda que lento, das culturas consideradas negadas e silenciadas nos currículos. Já para a desconstrução do mito da democracia racial, Pomari (2015) discorre:

> Para que possamos conhecer melhor a história e a cultura afro-brasileira é necessário desconstruir o mito da democracia racial da nossa sociedade, pois tal mito é responsável pela crença de que as desigualdades étnico-raciais do presente são frutos apenas da falta de competência ou desinteresse dos negros, não considerando que é fruto das desigualdades seculares com raiz nas estruturas sociais hierarquizadas pela escravidão (POMARI, 2015, p.8).

O reconhecimento da importância das desigualdades e da injustiça nos leva ao comprometimento da adoção de políticas educacionais e de estratégias pedagógicas de valorização da diversidade, com o objetivo de ultrapassar a desigualdade étnico racial dentro da educação escolar nos diferentes níveis. Para

que isso aconteça é necessário que estejamos atentos para várias situações ocorridas nas salas de aula.

Este empenho é uma atitude que contribuiu para desenvolver o diálogo entre diferentes culturas, visto que o silêncio da escola sobre as relações étnico-raciais pode ajudar na construção de um entendimento, muitas vezes, estereotipado, do outro, visto como diferente (PAIM, 2016, p. 161). Também sobre o diálogo intercultural, Gomes (2012) explica " É aquele que se propõe ser emancipatório no interior da escola, ou seja, que pressupõe e considera a existência de um "outro", conquanto sujeito ativo e concreto, com quem se fala e de quem se fala". A autora ainda explica que nesse processo de importância de conversar com outras culturas, que devem ter o direito de intervir na produção de novos planos curriculares e de sociedades, não há tranquilidades e nem passividades, quando reconhecemos essa igualdade enquanto seres humanos (GOMES,2012, p.8).

Por todas essas questões é necessário dar continuidade às políticas públicas que visam combater, entre outros, os descompassos entre a diversidade cultural para o campo educacional contribuir para a construção da equidade, partindo do princípio do direito que todos têm à educação. No caminho para a inserção dos conteúdos, os professores precisam incorporar as novas práticas e abordagens precisam ressignificar sua ação. Um rumo necessário, conforme já mencionado, é a formação continuada que deve ser direcionada para todos os profissionais da educação. Neste sentido Silva, (2016) explica:

> [...] se o Estado deseja efetivamente que a lei 10.639/03 seja incorporada nas práticas docentes de todo país deve sensibilizar seus professores para a necessidade de se trabalhar esses conteúdos - isso pode ser realizado por meio de campanhas, formação complementar entre outros - mas deve assegurar também o acesso dos docentes e discentes ao conteúdo em questão, sendo o livro didático a via mais fácil para tal (SILVA, 2016, p.129).

Como sugere o autor, os professores precisam se sensibilizar para um avanço significativo, visto que em relação aos conteúdos o que por muito tempo foi instituído e convencionado era um modelo discriminatório e preconceituoso, que apresentava somente o lado negativo da história dos africanos e de seus descendentes.

Quanto ao reconhecimento e valorização da África, Pereira (2011) destaca que sobretudo nas duas últimas décadas, o combate às mais diversas formas de intolerância, de racismo e de xenofobia compareceu às agendas de diferentes países e fóruns mundiais, fortalecendo mundial e localmente as agendas antirracistas e inclusivas (PEREIRA, 2011, p.2)

Sobre a compreensão da dimensão histórica, Santos (2010) acredita que as novas abordagens devem colocar outras questões além daquelas antigas:

> Com isso, os formuladores desse projeto acreditam ser possível desencadear um processo, que aliado a outras políticas afirmativas, possa levar ao resgate da identidade e autoestima dos integrantes da comunidade afrodescendente brasileira, suscitando-lhes um sentimento de pertencimento a um povo, de cujo passado histórico possam sentir orgulho e não piedade (PEREIRA, 2010, p 2).

Sobre o enfrentamento da crítica ao ensino de história etnocêntrico, também a mesma autora salienta que a publicação da lei 10.639/03 ocorreu em um contexto social e educacional onde se buscava valorizar a cultura afrodescendente, em um cenário onde eles não eram vistos, e que pela forte atuação do movimento negro esse fato atende à sua maneira ao enfrentamento dessa forma de ensino de História (PEREIRA, 2010). Outros avanços foram percebidos, de igual importância e quase todos apresentaram a questão da obrigatoriedade como ponto positivo.

3.2 PRINCIPAIS DIFICULDADES

As dificuldades identificadas estiveram presentes em todos os artigos, o que põe em evidência os entraves que a lei precisa romper. Também nesta questão por vezes os problemas enumerados são vistos como perspectivas futuras de superação, como se a lei fosse uma um vir a ser, e não ainda uma situação concreta, real. Em outros casos, pode-se perceber várias justificativas dessas dificuldades e até mesmo uma explicação da grande barreira social a ser rompida devido ao caráter crônico da desigualdade social, mais evidenciado devido à ampliação dos direitos de cidadania no país, a partir da constituição de 1988. As dificuldades mais recorrentes nos artigos analisados são as seguintes:

- Falta do conteúdo na graduação (formação) dos professores
- Compreensão dos conteúdos.

• Falta de conhecimento da Lei;

• Falta de material didático;

• Os materiais indicados sofrem a falta do tema

Algumas das dificuldades apresentadas nesta pesquisa, são confirmadas também pela indicação de Silva (2016), que pesquisou trabalhos desenvolvidos a partir da avaliação de dez anos da lei 10.639/03, chegando a mesma conclusão.

> Falta de compreensão dos conteúdos; falta de interesse dos professores; falta do conteúdo na graduação (formação) dos professores; pouco conhecimento do conteúdo e ausência de trabalhos consistentes; trabalhos relacionados à temática somente em datas comemorativas, 13 de maio e 20 de novembro e os materiais indicados sofrem a ausência da temática (SILVA, 2016, p.127-128).

Quanto à falta de compreensão dos conteúdos, por parte dos professores, segundo Moraes (2016) a obrigatoriedade da inclusão nem sempre chega até aos professores, o que é explicado por um déficit na graduação, pois o tema em geral está muito pouco presente no currículo. Também sobre as implicações para a educação das relações étnico raciais, Felipe (2009), acrescenta:

> [...] exigir dos docentes a aplicação das novas diretrizes que incluem nos currículos, histórias da África e das relações étnico-raciais na educação, significa mobilizar subjetividades, desconstruir noções e concepções apreendidas durante os anos de formação inicial e enfrentar preconceitos raciais muito além dos muros escolares (FELIPE,2009, p.3).

As dificuldades em lidar com os conteúdos se apresentam de várias formas, para alguns professores que participaram de um curso de extensão na Universidade Estadual de Maringá (UEM), que teve como objetivo analisar as hipóteses teóricas e metodológicas referentes ao ensino da História e cultura afro-brasileira e africana na educação básica:

> Percebemos que há um desafio maior que a aplicação normativa da Lei 10.639/2003, ou seja, as concepções subjetivas dos docentes em relação aos problemas raciais no Brasil remetem à reflexão sobre o elemento conflitual e inter-racial que se estabelece nos espaços educacionais (FELIPE,2009, p.4).

Quanto à formação de professores, esta precisa estar baseada em um fazer que não cristalize a ação pedagógica, o docente precisa redimensionar seu fazer escolar, agregando sentido ao novo conteúdo, e buscar desfazer as muitas

formas de resistências. A formação continuada constitui um caminho seguro para repensar a prática cotidiana, como um processo que pode tomar como ponto de partida o conhecimento dos professores, as dificuldades e os desafios da prática escolar.

Para a formação de professores Moraes, (2015) ressalta:

> Um dos mais importantes e difíceis obstáculos de superação é o da formação. Como exigir de professores que estão há mais de dez anos na rede básica de ensino um conhecimento ou disciplinas específicas, que não estudaram no seu período de formação? A lei só prevê obrigatoriedade do ensino na rede básica, mas não nas universidades (MORAES, 2015, p. 4).

Sendo assim, como habilitar professores já formados e alunos de licenciaturas? Segundo a autora muitas soluções já foram lançadas para agregar maior informação aos profissionais, mas ainda é pouco, e não abastece a necessidade do desafio que a lei exige.

Na questão da falta de entrosamento com a lei, Silva (2016) explica que:

> A falta de conhecimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e Ensino de História e Cultura Afro Brasileira e Africana, não parece ser de domínio de todos os envolvidos no ambiente escolar, em especial professores o que explica a falta de compreensão da complexidade e variedade de assuntos que podem ser abordados nas diferes disciplinas" (SILVA,2016, p. 127).

A pesquisa também apontou a indicação de professores, de que falta material didático que forneça conteúdos referentes à lei, uma das possíveis causas pode estar relacionada com o fato de que:

> [...] estudar o livro didático de História requer perceber que as questões a ele relacionadas fazem parte da reflexão do historiador, seja pela sua condição de fonte histórica, seja pela historiografia que produz e suas condições de produção em diferentes tempos e espaços (LEOPOLDINA, 2016, p.269).

Neste caso dependia de como o professor interpretava ou produzia o livro didático, o que se tornava um ato subjetivo. Além disso, segundo ela, "as questões com o livro didático envolviam ainda a produção editorial para o mercado" (2016, p. 269). Mas, essa afirmação é contestada por Roza (2015) e não condiz com a

realidade apresentada por ele, pois com a criação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) em 1985, ocorreram modificações “positivas na forma e nos conteúdos dos livros didáticos”. Aconteceram outros fatores de estabilidade com esse material como por exemplo:

> [...] a obrigatoriedade de ser composto pelo manual do professor e pelo livro do aluno, reunidos na forma de uma coleção produzida com vistas ao uso sequencial ao longo de um grau de ensino. Diante de tal contexto, no Brasil contemporâneo, a caracterização do livro didático não pode ser feita descolada das políticas públicas de distribuição e avaliação dos livros (ROZA,2015, p.13).

Esta citação explica que existe uma dinâmica acerca da produção e distribuição do livro. Na questão da produção didática editorial para o mercado, é de grande importância, uma vez que, “apesar de pertencente ao universo da cultura escolar, não se restringe a essa característica, ao contrário, como objeto multifacetado, o manual escolar é, também, uma mercadoria” (ROZA, 2015, p.130). Visto dessa forma deve-se considerar que, entre vários elementos que o influenciam, o livro didático deve se submeter a decisões e determinações do mercado.

Sobre a falta de material didático, Dias (2015) apresenta o resultado de uma pesquisa com professores, e enumerou algumas considerações trazidas por eles:

> [...] alguns livros apresentam esta temática de forma condensada, isto é, resumida”, “o livro didático é “razoável, precisaria de mais informações sobre o continente africano”, “os conteúdos sobre a África são muito limitados e não trazem reflexões críticas de ordem cultural, social e religiosa (DIAS, 2015, p.17).

Essas são falas dos professores que participaram da pesquisa, segundo a autora todos eles apontaram a existência de um livro didático limitado, o que pode contribuir para que não haja uma problematização necessária para a nova abordagem do conteúdo. Os livros são, segundo Dias (2015, p, 9), “veiculadores de ideologias, de propostas culturais e pedagógicas com poder de penetração na realidade escolar”. Isto significa que eles compõem importante ferramenta com estratégias pedagógicas para os professores em sala de aula, mas se não estão apresentando as contribuições necessárias quanto às questões referentes a lei,

deixam de cumprir seu papel, e sua omissão é percebida e reforçada como única verdade.

O livro didático:

> [...] ainda é, nos dias atuais, um dos materiais pedagógicos mais utilizados pelos professores, principalmente nas escolas públicas, onde, na maioria das vezes, esse livro constitui-se na única fonte de leitura para os alunos oriundos das classes populares. Para as crianças empobrecidas, esse livro ainda é, talvez, o único recurso de leitura na sua casa, onde não se compram jornais e revistas (SILVA, 2008, p. 22-23).

Outras dificuldades dizem respeito à organização e estrutura curricular; superficialidade do tema da lei; rompimento da resistência dos professores, e a dificuldade para efetivar a nova legislação.

O problema com a organização e estrutura curricular é um dos mais graves:

> [...] a escola perdeu sua dimensão humanitária deslocando disciplinas correlatas às humanidades a uma escala reduzida tanto em relação às cargas-horárias dedicadas ao estudo dos saberes nos quais se inserem quanto em termos da importância das mesmas na formação da criança e do adolescente (CAMPOS, 2004, p.8).

O autor está se referindo a uma permanência, sobre o mesmo problema já enfrentado pela disciplina de História, com carga horária pequena se comparada a outras matérias, e também a superficialidade com que na prática se tem trabalhado os conteúdos de História. Isso remete a um velho problema que foi a forma como a disciplina de História, no Brasil, por muito tempo.

> [...] foi relegada aos tradicionalismos de uma cultura fossilizada, pautada no vazio das datas comemorativas, dos mitos fundadores, dos vultos heroicos, reduzindo o potencial da matéria que, *grosso modo,* implica no trabalho com as noções de tempo e espaço, base para uma pedagogia da compreensão (CAMPOS, 2004, p.8).

Segundo o autor o ensino de História deveria ser o alicerce do currículo, pois “assumindo a História como base curricular, todas as demais disciplinas se conversariam” (CAMPOS, 2004). Porém essa proposta geraria muitas tensões e disputas, internas e externas à escola.

Sobre a superficialidade do tema da lei nos livros didáticos. Garrido (2016) que pesquisou alguns editais do PNLD, dos anos de 2007 a 2011, explica que em relação ao conteúdo África e afro-brasileiros os guias de livro didáticos do PNLD não trazem exigências para a inclusão dos conteúdos, apenas asseguram a obrigação do manual do professor em instrui-los sobre a possibilidade da implementação da história da África e afro-brasileiros. A autora finaliza acrescentando que as pressões mais enfáticas constam apenas no Guia de Livros Didáticos 2011 (GARRIDO, 2016, p.29). Segundo a autora o problema com o PNLD está na forma como este está considerando os conteúdos.

Quanto à efetivação da nova legislação, Martins (2009) contribui dando ênfase, presentando o resultado de uma pesquisa realizada entre professores e alunos de uma escola pública, realizado para aferir o cumprimento da Lei 10.639/03, nas escolas:

> Quatro anos após a promulgação da Lei, em novembro de 2007, através de uma parceria entre a Unesco, por meio de sua representação no Brasil e a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação (Secad /MEC) realizou-se um diagnóstico constatando-se um baixo grau de institucionalização da Lei 10.639/2003 e sua desigual aplicação nas escolas de educação básica em todo o país (ROCHA, 2011, p.2).

Esta pesquisa foi desenvolvida em outras escolas de várias partes do país. Segundo a autora uma das explicações para a falta de institucionalização da Lei, seria “ausência de materiais didáticos e referencial teórico consistente referentes à história da África” (ROCHA,2011, p.2). Este fato, somado à insuficiência na formação inicial dos educadores no que diz respeito às questões etnicorraciais, refletem a invisibilização da temática.

Para romper com a resistência dos docentes, quanto à temática da Lei 10.639/03 seria necessário mudar alguns rumos quanto à formulação e abordagens dos conteúdos. Santos (2010, p.4) argumenta que em geral, os docentes e outras pessoas ligadas ao cotidiano escolar não costumam ser consultados quando da elaboração de políticas curriculares oficiais, que muitas vezes são preparadas bem longe do chão da escola; os docentes são convocados a se encaixarem na lógica da lei a fim de legitimar o currículo e colocá-lo em movimento. São as imposições das normas curriculares que trazem as resistências dos docentes à tona. No entanto “não podemos esperar que haja um

consenso de que embora a lei seja uma questão curricular, ela é também uma questão sociocultural” (SANTOS, 2010, p.8) uma vez que não houve discussão necessária para esse entrosamento. Este problema desencadeia outro por consequência, a dificuldade para efetivar a nova legislação “A lei é um currículo oficial e prescrito, portanto passível de adaptações e negações, e traz consigo o caráter impositivo das políticas curriculares” (SANTOS, 2010, p. 7). A questão sociocultural tem peso na mudança que a lei oferece, mas é preciso que os profissionais envolvidos nesse processo entendam a dimensão das ações que a lei se propõe.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa bibliográfica abarcou um período de treze anos buscando identificar em artigos acadêmicos o processo de implementação da Lei 10.639/03, particularmente quanto ao ensino de História. Os anos de 2012 e 2015 são os de maior número de artigos publicados referentes ao tema, que diagnosticaram problemas, indicando-se a conclusão de que muito ainda precisa ser feito para que a temática seja contemplada em toda a dimensão proposta pela lei e pela Diretrizes a ela relacionadas.

As dificuldades aqui pontuadas apresentaram um pouco do panorama presente no contexto nacional pós-lei, é pena descobrir que mesmo com seu caráter de obrigatoriedade ainda há muito por fazer para que seja de fato implementada no currículo e no cotidiano escolar. Os artigos analisados indicam que quanto às práticas pedagógicas, manifestam resistência por parte dos professores à nova abordagem do conteúdo, por vezes percebida como imposições. Sobre alguns problemas, foram apresentadas supostas razões, como por exemplo alguns professores enfocavam somente o passado, enquanto outros contemplavam somente o presente sem correlacioná-los.

Outros trabalhos apontaram como dificuldades a falta de material didático, a falta de formação inicial e continuada. Alguns acreditam que parte do problema com a Lei é a percepção dos professores quanto ao seu caráter impositivo, mas por outro lado, também destacam que não existem metas previstas para a implementação da Lei 10.639/03, não existem fiscalizações, nem datas e prazos, como também não há sanções previstas para quem descumprir a obrigatoriedade nos estabelecimentos escolares.

Por esse conjunto de diferentes dificuldades, ressalta-se que a lei precisaria ganhar outro caráter, de urgência em sua implementação, visando contribuir para maior equidade e consciência social.

Outra questão bastante citada foi o debate sobre o livro didático. Muitos autores abordaram sua grande importância para os professores, como auxiliar legítimo, mas que em nenhuma hipótese os docentes devem deixar de trazer para si a responsabilidade do fazer pedagógico. Há também o risco de repetição de velhas práticas que reforçam ou que podem produzir novos estereótipos. Houve

ainda um outro ponto que foi considerado, o comércio em torno do livro e os interesses dos envolvidos nesse processo.

Mais um elemento importante para a efetiva implementação da lei, seria a cobrança por parte, inclusive, dos alunos, e porque não dos alunos afrodescendentes, principais interessados em ver valorizadas e reconhecidas essa história, embora nem sempre tenham espaço.

Esperava-se encontrar aportes sobre um conteúdo que efetivado, já deveria conter material suficiente para identificar as possíveis mudanças, tendo em vista que já se vão quatorze anos da implementação da lei. Ao analisar esses artigos, pudemos perceber o tamanho do problema social que nos cerca.

O discurso recorrente identificado em quase todos os artigos pesquisados foi sobre a valorização da cultura Africana e afro-brasileira. As críticas giraram em torno do livro didático e sua escolha; muitos artigos apresentaram uma linha do tempo em relação à forma como os negros eram representados nos manuais didáticos de três décadas atrás e os da atualidade, e como não haveria de ser diferente, foi quase unânime entre eles a certeza de que todos os professores precisariam conhecer os novos conteúdos, para pô-los em prática. Até o ano de 2010, as produções continuam crescimento, mantendo-se instável a abordagem do tema, após este ano.

Em sua grande maioria os textos pesquisados apresentaram estratégias e possibilidades pedagógicas para se trabalhar a Lei 10.639/03, exceto os que apresentaram questionário com professores a fim de avaliar-se quais conceitos os profissionais incorporavam nas salas de aula em relação ao tema. Quase todos teceram considerações sobre a importância da formação do professor inicial e continuada, também foram apresentadas muitas considerações positivas e negativas em relação à obrigatoriedade da lei.

Como principais indicações dos artigos, em síntese:

1-Somente a lei não garante, nem resolve sozinha essa questão de ordem social, cultural e econômica que envolve o Brasil, partindo do princípio de que só existe uma única raça humana, porque o preconceito identificado nos trabalhos analisados não se limitou somente a cor.

2- A importância de preparar os docentes nas suas formações inicial e continuada, pois sem o contato com o conteúdo como vão se preparar para uma aula que contemplem adequadamente as questões da temática? Nessa formação,

as inquietações, resistências e manifestações com relação à aplicação da lei seriam discutidas, contribuindo para uma ressignificação do tema, conteúdo e das práticas pedagógicas a ele relacionados.

No que concerne a novas ideias para pesquisadores interessados na temática, seguem algumas sugestões:

1) averiguar como estudantes de escolas públicas e particulares estão percebendo e refletindo sobre conteúdos referentes à História e cultura africana e afro-brasileira, suas representações sobre o tema;

2) analisar quais são as estratégias utilizadas por professores para introduzirem o conteúdo da Lei no ensino de História;

3) discutir se houve, e se sim, quais impactos a Lei 10.639/03 trouxe para os afrodescendentes, e quais suas expectativas em relação à contribuição da lei na formação da sociedade.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, A, M. Qual África Ensinar No Brasil? **Tendências e Perspectivas Projeto História**, São Paulo, n. 56, pp. 233-255, Mai-ago. 2016.

AQUINO, M, A. WANDERLEY, A, C, C. Identidades e (Des) igualdades Étnico-Raciais no Ensino de História. **Revista da ABPN** • v. 3, n. 7 • mar. – jun. 2012 • p. 141-155.

BRASIL, **Lei de Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica de 2013.** Estabelece Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica: Diversidade e Inclusão. Ministério da Educação, Brasília; 2013. Disponivel portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download. Acess: 23-de outubrO 2017.

BRASIL. **Lei n 10.639 de 9 de janeiro de 2003 altera a Lei n 9.394, de 20 de dezembro de 1996**, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira, e da outras providencias, Brasília; 2003. Disponível em: https://www.mpma.mp.br/.../Leis_10.639_2003__inclusão_no_currículo_oficial. Acesso em:23 de outubro 2017.

BRASIL, RESOLUÇÃO CNE/CP **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana**. Brasil, 2004, Acessoem22/09/2017 http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/33136/orgaos-vinculados-82187207/12992-diretrizes-para-a-educacao-basica.

BRASIL. CNE/CP Resolução 1/2004. **Diário Oficial da União**, Brasília, 22 de junho de 2004, Seção 1, p. 11.)

CAVALLEIRO, Eliane. Ministério da Educação/ Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais,** Brasília: SECAD,2006.

CAMPOS, P, F, S. Ensino, a História e a Lei 10.639. **História & Ensino**, Londrina, v. 10, p. 41-52, out. 2004 41.

CEREZER, O, M. GUIMARÃES, S. Formação de Professores de História e Ensino de História Afro-brasileira e Indígena. Fronteiras: **Revista de História** | Dourados, MS | v. 17 | n. 30 | p. 80 - 104 | jul. / Dez. 2015.

CORREIA, S, M, S. Presentismo negro: um tópico subjacente na história afro-brasileira. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 15, n. 27, p.257-285, jul. 2008.

DIAS, L, R. BORGES, M, C. GUIMARÃES, M, T. SILVA, G, J. QUILLES, R, E, S. A Produção de Material Didático-Pedagógico e a Construção de um novo imaginário sobre as Culturas Afro-Brasileiras e Indígenas. **Revista da ABPN** • v. 6, n. 13 • mar – jun. 2014, p. 403-424.

FELIPE, D, A. TERUYA, T, K. O "Outro" na sala de Aula: o Cinema no Ensino da História e Cultura Afro-brasileira. **Revista Contrapontos** - Eletrônica, Vol. 10 - n. 1 - p. 82-89 / jan-abr 2010.

FLORES, E, C. Etnicidade e ensino de História: a matriz cultural africana. Dossiê. **Revista Tempo**. v1,.n. 21a06. ind 65.

FURET, F. **A oficina da História.** Trad. Adriano Duarte Rodrigues. Lisboa, Gradiva**,** s/d.

FONSECA, M, V. A arte de construir o invisível. O negro na historiografia educacional brasileira. **Revista brasileira de história da educação**, n° 13 jan. /abr. 2007, p.1-40 disponível em: www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/viewFile/138/148.

GEBRAN, R, A. LUVIZZOTO, C, K. PONCIANO, D, D. Proposta curricular de história: considerações acerca da história e da cultura afro-brasileira. **Educação em Revista**, Marília, v11, n.2, p.75-94, Jul-Dez.,2010.

GOMES, N, L. A questão racial na escola: desafios colocados pela implementação da Lei 10.639/03. In: MOREIRA, Antônio Flavio, CANDAU, Vera Maria (Org.) **Diferenças culturais e práticas pedagógicas**. Petrópolis: Vozes, 2008. p 67-89. Disponível em: https://educarparaomundo.files.wordpress.com/. Acesso em: 23 outubro, 2017.

GOMES, N, L. Diversidade Étnico-Racial, Inclusão E Equidade Na Educação Brasileira: Desafios, Políticas e Práticas. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**. RBPAE – v.27, n.1, p. 109-121, jan. /abr. 2011. Disponível em: seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/19971.Acesso em: 23 outubro, 2017

GOMES, N, L. Relações Étnico-Raciais, Educação e Descolonização Dos Currículos. **Currículo sem Fronteiras**, v.12, n.1, pp. 98-109, Jan/ Abr. 2012.

GONÇALVES, N, G, **Conteúdo, Metodologia e avaliação no Ensino de História**. 3º Ed- Curitiba Universidade Federal do Paraná. Setor de Educação. Coordenação de Integração de Políticas de Educação à Distância. Curso de Pedagogia. Magistério da Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, 2016. 183p.

IBGE, gov.br. 2015. disponível em <http://www.ibge.gov.br acesso em: 30/04/2017. https://cidades.ibge.gov.br/.

JANZ, R, C. Dez anos da lei 10639/03: o que mudou no livro didático de História- Uma proposta de análise. **Anais do XV Encontro Estadual de História "1964-2014**: Memórias, Testemunhos e Estado". UFSC Florianópolis. Disponível em: www.encontro2014.sc.anpuh.org/.../1405545780_ARQUIVO Acesso em: 26 de setembro 2017.

LEOPOLDINA, M, A, O Livro didático de História nos marcos de uma história da disciplina: notas sobre ensino de história e figuração da história regional. In: Ana Heloísa Molina; Carlos A. L. Ferreira. (Org.). **Entre textos e contextos: caminhos do ensino de História**. 1ed.Curitiba: CRV, 2016, v. 1, p. 269-290.

MARTINS, M, F. História e Cultura Afro-brasileira: O Que os Professores e os Alunos Aprenderam na Escola Pública? **Revista HISTEDBR** On-line, Campinas, n.33, p.194-206, mar.2009 - ISSN: 1676-2584.

MÉRIAN, J, Y, O negro na literatura brasileira versus uma literatura afro-brasileira: mito e literatura. **Navegações** v.1, p. 50,60, março 2008.

MELO, V, L, B**.** História e cultura afro-brasileira, Indígena e Cigana na conjuntura das histórias locais: questões de pesquisa e ensino. In: Ana Heloísa Molina;

Carlos A. L. Ferreira. (Org.). **Entre textos e contextos**: caminhos do ensino de História. 1ed.Curitiba: CRV, 2016, v. 1, p. 387-406.

MORAES, R, F. O Ensino de Cultura E História Afro brasileira E Indígena na Educação Básica o Desafio de Professores, Alunos e Ações Governamentais **História e Perspectivas**, Uberlândia (53): 239-263, jan. /jun. 2015.

MUNANGA, K. (org.). Superando **o racismo na escola**. Brasília: MEC/SECAD, 2005. Disponível em: http://acaoeducativa.org.br/downloads/o9abordagem.pdf. Acesso em: 22 outubro 2017.

NETO, ALMEIDA A, S. MELO, P. E. D. **Memórias e Escritos do Ensino de História**: Apontamentos Iniciais. Curitiba, Editora CRV, 2016.

NUNES, Helena Lima. **Educação Quilombola, Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais,** Brasília: SECAD,2006

OLIVA, A, R, A África não está em nós História Africana no Imaginário de Estudantes do Recôncavo Baiano. **Fronteiras**, Dourados, MS, v. 11, n. 20, p. 73-91, jul. /dez. 2009.

OLIVA, A, R, Olhares Sobre A África: Abordagens Da História Contemporânea da África Nos Livros Didáticos Brasileiros. **História Revista**, Goiânia, v. 14, n. 1, p. 17-35, jan. /jun. 2009.

PAIM, E, A. Para Além das Leis: o ensino de culturas e histórias africanas, afrodescendentes e indígenas como descolonização do ensino da história. In: Ana Heloísa Molina; Carlos A. L. Ferreira. (Org.). **Entre textos e contextos**: caminhos do ensino de História. 1ed.Curitiba: CRV, 2016, v. 1, p. 387-406.

PEREIRA, J, S**.** O Ensino de História durante a Ditadura Militar (1964-1985). **Anais da XXV Semana de Ciências Sociais**. 50 anos do golpe militar de 8 a 10 de abril de 2014 Universidade Estadual de Londrina p 1-10. www.uel.br/eventos/semana.

PEREIRA, J, S. Reconhecendo ou construindo uma polaridade étnico-identitária? Desafios do ensino de história no imediato contexto pós-Lei no 10.639. **Estudos His tóricos**, Rio de Janeiro, vol. 21, nº 41, janeiro-junho de 2008, p. 21-43.

PROST, A. As palavras. *In*: RÉMOND, René (org.) **Por uma História Política**. Rio de Janeiro; Editora UFRJ, 1996.

POMARI, L, R. PRIORI, A. KLAUCK, R, C. IPÓLITO, V, K**.** História e Cultura Afro-brasileira no Paraná: uma experiência integrada entre Universidade e Educação Básica. **Diálogos** (Maringá. Online), v. 16, supl. Espec. p. 305-318, dez. /2012.

ROCHA, H, S, C, INVISIBILIZAÇÃO DA ÁFRICA: apagamento da história e da cultura do negro na educação formal brasileira. **Revista da ABPN** • v. 2, n. 5 • jul - out. 2011 • p. 115-138.

ROCHA, R, M, de C, R. TRINDADE, A, L. **Ensino Fundamental. Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais**, Brasília: SECAD,2006. Disponível em: portal.mec.gov.br/dmdocuments/orientacoes_etnicoraciais.pdf Acesso em: 29 de setembro 2017.

ROZA, L, M. Valorização De Personagens Negros Como Conteúdo Curricular No Livro Didático de História. **Atos de Pesquisa em Educação** - Blumenau, v. 10, n.1, p.123-149, jan. /abr.2015.

SANTOS, R. A Lei Nº 10639/03: Entre Práticas e Políticas Curriculares. **História & Ensino,** Londrina, v. 16, n. 1, p. 41-59, 2010.

SILVA, L. H. O.GARRIDO, M. C. M, **Lei 10639/03: dez anos depois entre pressões e efetivações.** Curitiba. Editora CRV- 2016.

SIRINELLI, J. F. Os intelectuais**.** *In*: RÉMOND, René (org.) **Por uma História Política**. Rio de Janeiro; Editora UFRJ, 1996, P. 231-270.

SILVA, M, A. FONSECA, S, G. Ensino de História hoje: errâncias, conquistas e perdas **Revista Brasileira de História**, vol.30 no.60, 2010, p. 1-21.

SILVA, A, C. A Desconstrução da Discriminação no Livro Didático. In: **Superando o Racismo na escola**. 2ª ed. revisada / Kabengele Munanga, org. - [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2008.p.17-33. Disponível em: http://acaoeducativa.org.br/downloads/o9abordagem.pdf. Acesso em: 22 outubro 2017.

SILVA, A, C, **A Representação Social do Negro no Livro Didático**: O que mudou? Por que mudou? Salvador: EDUFBA, 2011.

TOLEDO, M, A, L, T. A Disciplina de História no Império brasileiro **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.17, p. 1 - 10, mar. 2005.

VOGT, O, P. B, M, B**.** Escravidão e Negros em livros didáticos de História. **Aedos,** Porto Alegre, v.8, n. 18, p. 52-74, Ago- 2016**.**

APÊNDICES

1 Lista dos periódicos pesquisados

Acervo, Anais do Museu Paulista, Anos 90 (UFRGS),Antíteses, Atos de Pesquisa em Educação (FURB), Boletim-Centro de Letras Ciências Humanas (UEL),Cadernos CEDES, Cadernos de Educação (UFPel), Caderno de História da Educação (UFU), Caderno de História da Educação (UFU), Caderno de Pesquisa (F.C.C), Caderno de Pesquisa em Educação PPGE-UFES, Caderno de Pesquisa: Pensamento Educacional, Caderno do Tempo Presente (UFS), Comunicações (UNIMEP),Contexto & Educação, Contrapontos, Currículo sem Fronteira, Dialogia (UNINOVE), Diálogos - (Maringá),Dimensões: Revista de História da UFES, Educação (Rio Claro),Educação (Santa Maria), Educação (PUCRS), Educação em Foco (Juiz de Fora), Educação em foco (Belo Horizonte), Educação em Perspectiva, Educação em Revista Unesp, Educação em Revista (UFMG), Educação e Pesquisa (USP), Educação e Realidade, Educação & Sociedade, Educativa (Goiânia), Educere et Educare Unioeste, Em Aberto, Ensaio (Fundação Cesgrario), Ensino em Re-vista, EntreVer- Revista das Licenciaturas, Esboços (UFSC), Estudos em Avaliação Educacional, Estudos Avançados, Estudos Históricos, Fronteiras (Campo Grande), História (São Paulo), História da Educação (UFPel), História da Historiografia, História Revista, História Unisinos, História. Questões e Debates, História & Ensino (UEL), História & Perspectiva, Impressos Unesp, Instrumento (Juiz de Fora), Inter-ação (UFG), Linhas (Florianópolis), Linhas Críticas (UnB), Oficina do Historiador, Olhar e Professor (UEPG), Patrimônio e Memória (UNESP), Perspectiva (UFSC), Pesquiseduca, Poiésis, Poiésis Pedagogica, Ponta de Lança (UFS), Práxis Educativa, Projeto História, Resgate, Reflexão e Ação, Revista Afro-Ásia (UFBA), Revista Ângelus Novus, Revista Brasileira de Educação, Revista Brasileira de História, Revista Brasileira de Educação em História, Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos RBEP-INEP, Revista da ABPN, Revista de Ciência da Educação, Revista de Educação Pública, Revista de Educação PUC-Campinas, Revista de História (Dimensões), Revista de

História, Revista de História Regional, Revista de Humanidades, Revista Dialogo Educacional, Revista do Instituto e Geografia Brazileiro, Revista Educação, Revista Educação em Questão, Revista Eletrônica da Anphlac, Revista Eletrônica de Educação, Revista Eletrônica Documento/Monumento, Revista FAEEBA, Revista HISTEDBR On-line, Revista Ibérico Americana de Estudos em Educação, Revista Sala de Aula em Foco, Revista Teias, Revista Tempos e Espaços em Educação, Tempo, Tempo e Argumento, teoria e Pratica da Educação, Varia História.

Artigos sobre o tema identificados na pesquisa

Revistas	Ano/ nº	Autor	Titulo	Resumo	Palavra-chave	Materiais / fonte pesquisadas	Avanços em relação a implementação da lei	Dificuldades
História & Ensino (UEL)	2004 N10	Paulo Fernando de Souza Campos	O ensino, a história e a lei 10.639	O debate proposto tem como eixo a Lei 10.639 assinada em janeiro de 2003 pelo Presidente da República Luís Inácio Lula da Silva. O texto da normativa altera a Lei n. 9.394, de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, por incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares. Pretende-se uma reflexão acerca das condicionantes que levaram à promulgação da referida lei e as vicissitudes das mudanças propostas sobretudo no processo ensino-aprendizagem	Ensino de história; História e cultura afro-brasileira; Lei 10.639.	Legislação	Valorização do Ensino de História; a importância histórica da ação afirmativa que a lei pretende; rever a desigualdade educacional.	Reconhecimento do preconceito; organização curricular voltado para outra disciplina pouca circulação bibliográfica.
Acervo	2005 V 18, n1/2	*Warley da Costa*	Olhares sobre as Imagens da Escravidão Africana: Dos pintores viajantes aos livros didáticos de história do ensino fundamental	Este texto analisa a importância das imagens da escravidão africana nos livros didáticos de história do ensino fundamental, produzidas por pintores europeus no século XIX, e reproduzidas nesses livros. Reflete sobre a apropriação dessas figuras pelo mercado editorial, a produção historiográfica e o ensino de história.	Escravidão, livro didático, Imagem, memória.	Livro Didático	Este artigo não faz considerações acerca da lei	
Tempo	2006 N21	Elio Chaves Flores	Etnicidade e ensino de História: a matriz cultural africana	O ensaio discute o ensino de História da África na cultura escolar a partir de dois campos de produção e representações étnico-raciais: o estado da arte na universidade e a recente legislação sobre as questões étnico-raciais em relação à História da África. Parto da hipótese de que as estruturas curriculares dos cursos de História reproduzem para a educação básica o cânone da mestiçagem. O grande desafio para os estudos africanistas seria, portanto, ultrapassar os limites da seleção cultural.	Africanismo – Ensino de História – Questão racial	Livros didáticos	Afirmação da diversidade cultural, quilombos tombados, importância para o ensino de história, reconfiguração curricular, ressignificação do conceito de raça no contexto de lutas.	Mudanças no currículo, formação de professores, dificuldade de separar desigualdade e de diversidade, de romper com a história eurcentrada
História & Ensino (UEL)	2007 N13	Rosean e Maria de Amorim	O ensino para educação das relações étnico-raciais: um olhar para o cotidiano escolar	Abrindo caminho para o estabelecimento de um amplo debate em nível nacional sobre as questões referentes à situação do negro e do afro-descendente na sociedade brasileira foi sancionado pelo Governo Federal a Lei 10.639/2003 que altera a LDB 9694/96. Neste sentido, proponho a discussão das diversas identidades dos educandos e educandas da Educação infantil ao Ensino Médio desde a introjeção de valores considerados negativos, alimentado no dia-a-dia por processos sociais, até a consolidação de uma identidade afrocentrada, valorizando também a inclusão das raízes europeias e indígenas. Desta forma, este trabalho possibilita uma reflexão sobre o ensino da educação étnico-raciais nos diversos níveis de ensino, em diferentes componentes curriculares e especialmente na disciplina de História	Educação; Relações étnico-raciais; Currículo; Ensino de história.	Legislação	O artigo não apresentou considerações acerca da lei	
Anos 90 (UFRGS)	2008 – V15, n27	Sílvio Marcus de Souza Correa	Presentismo negro: um tópico subjacente na história afro-brasileira	A história afro-brasileira, obrigatória nos currículos escolares desde a aprovação da lei no 10.639, de 09 de janeiro de 2003, tem favorecido um ensino da história menos eurocêntrica e, com isso, uma abordagem mais propícia a uma história conectada, através da qual a história do Brasil se insere no Atlântico Negro. Porém, a americanização dos afrodescendentes é obliterada por uma africanização da nova história oficial em consonância com um presentismo negro. O presentismo negro na história afro-brasileira pode ser analisado através da tríade patrimônio, memória e comemoração. Este ensaio propõe uma reflexão crítica sobre o presentismo negro e sua relação com a construção da (s) identidade (s) de afro-brasileiros, apontando para algumas vantagens teóricas em pensar o processo	Presentismo negro. Memória. Comemoração. História Afro-Brasileira.	Bibliografia	Favorecimento da História Afro-brasileira, reconhecimento político, patrimonialização da memória, quilombos tombados.	Dificuldade de articular a História, caráter crônico das desigualdades sociais.

				de americanização que ocorre, aliás, com outros grupos hifenizados, sem que isso signifique uma uniformização de suas trajetórias.				
Estudos Históricos	2008 N 41	Hebe Maria Mattos, Martha Abreu	Em torno das "Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africanas" - Uma conversa com historiadores	A partir do crescimento do interesse de professores e secretarias de educação na organização de políticas de combate ao racismo, este artigo procura discutir e apresentar alguns subsídios para a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino das Relações Étnico-Raciais e de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, aprovadas em 2004. Entendemos as 'Diretrizes...' como uma importante estratégia pedagógica para levar à escola, pela primeira vez, a discussão das relações raciais no Brasil, tantas vezes silenciada ou desqualificada pelas avaliações de que o Brasil era uma democracia racial. Demos especial atenção aos limites e possibilidades de trabalho com os conceitos de cultura afro-brasileira e identidade negra	Ensino das relações étnico-raciais, história e cultura Afro-brasileira, identidade negra	Legislação	Aumento de interesse dos professores, obrigatoriedade do tema, trocas culturais	Ações políticas que renovam as desigualdades e hierarquias raciais.
Estudos Históricos	2008 N 41	Júnia Sales Pereira	Reconhecendo ou construindo uma polaridade étnico-identitária? Desafios do ensino de história no imediato contexto pós-lei 10.639	Este artigo promove reflexões sobre desafios que se colocam aos docentes no cenário educacional pós-lei 10.639/03 que instituiu a obrigatoriedade do Ensino de História e Cultura afro-brasileira e africana e uma educação das relações étnico-raciais na Educação Básica. Problematizando pressupostos e paradoxos presentes no texto da lei e diretrizes correlatas, identifica impactos, desafios e desdobramentos teórico-práticos de sua recepção no ensino de História.	Lei no 10.639, ensino de história, prática docente	Legislação	Desconstrução de estereótipos, obrigatoriedade da ação educativa, ações interdisciplinares, reconfiguração das narrativas, valorização da África, educação pluricultural.	Impactos pouco avaliados, fragilidade na formação superior em História, polissemia dos documentos legais, escassez de material pedagógico, necessidade de ações permanentes.
Revista Tempos e Espaços em Educação	2008 N1	Denise Maria de Souza Bispo, Luiz Gustavo Santos da Silva	Ensino de História da África e Cultura Afro-brasileira: Desafios e Possibilidades	A aprovação da Lei 10.639/03, depois das constantes lutas do movimento negro organizado, é um avanço na valorização da História africana e afro-brasileira no currículo oficial da rede de ensino de nosso país. Quando nos propomos a questionar sobre a necessidade real do aprendizado da História africana e cultura afro-brasileira, buscamos através de uma postura política levantar algumas possibilidades de afirmação e positivação ao contextualizar a memória coletiva africana que se faz presente nas representações do nosso cotidiano. Desta maneira, esse artigo propõe pensar caminhos e desafios para o trabalho da História da África e cultura afro-brasileira em sala de aula.	África, diversidade, positivação.	Bibliografia	Valorização da História africana, obrigatoriedade da lei, ações afirmativas, educação pluricultural.	Dificuldade em descaracterizar discurso ideológicos, e em acabar com o racismo.
Fronteiras (Campo Grande)	2009 N20	Anderson Ribeiro Oliva	A África não está em nós a História Africana no Imaginário de Estudantes do Recôncavo Baiano	O presente artigo objetiva analisar parte dos resultados obtidos pelo projeto de pesquisa "A África nos Bancos Escolares", desenvolvido ao longo dos anos de 2007 e 2008 no Recôncavo Baiano. A investigação obteve, por meio da aplicação de questionários em escolas do ensino fundamental e médio da região, um conjunto significativo de informações. Os dados analisados referem-se às principais categorias de imagens que os estudantes associaram ao continente e as suas sociedades. A proximidade entre as categorias ou representações identificadas em mais de trezentos questionários	Ensino de história africana; representações; Recôncavo Baiano	Questionário com alunos	Abordagem adequada de conteúdo.	Dificuldade em romper com os estereótipos, a memória histórica do continente africano é negativa.

				catalogados revela a fusão dos cenários imagéticos construídos por jovens estudantes do Recôncavo com algumas referências associadas à África pelo imaginário social brasileiro.				
História (São Paulo)	2009 V28, n2	Anderson Ribeiro Oliva	A história africana nas escolas brasileiras: Entre o prescrito e o vivido, da legislação educacional aos olhares dos especialistas (1995-2006	O presente artigo possui como intenção principal estabelecer um diálogo entre a legislação brasileira acerca do ensino da história africana e as leituras e opiniões formuladas por alguns africanistas sobre a temática. Sendo assim, buscamos na primeira parte do texto mapear a presença dos estudos africanos nos Parâmetros Curriculares Nacionais, na Lei 10639/03 e nas diretrizes formuladas para permitir sua implementação. Na segunda parte de nosso exercício a perspectiva foi a de observar como historiadores, antropólogos e demais especialistas analisaram a abordagem da história africana em nossos bancos escolares nos últimos dez anos. O resultado do diálogo revela que, apesar das indicações encontradas em parte da legislação educacional brasileira, uma longa lacuna se apresenta quando o assunto a ser tratado nas salas de aula envolve temas africanos.	Ensino da história africana; Lei 10639/03; História da África.	Legislação	Obrigatoriedade dos conteúdos, quebra de tendências negativas do continente africano, mudanças à vista.	Falta de inovações dos elementos conceituais, contradição ou ambiguidade na indicação dos conteúdos, falta de especialistas na área.
História Revista	2009 V14, n1	Anderson Ribeiro Oliva	Olhares sobre a África: Abordagens da História Contemporânea da África nos Livros Didáticos Brasileiros	O tratamento concedido à história da África Contemporânea nos livros didáticos da 6ª a 8ª séries do Ensino Fundamental é o objeto principal do presente artigo. O enfoque eleito e as questões levantadas articulam-se em torno de duas reflexões centrais: o quanto os textos, imagens e interpretações apresentadas pelos livros escolares divergem ou convergem em relação ao chamado imaginário brasileiro construído sobre a África e os africanos; e o quanto eles dialogam, ou não, com a produção historiográfica sobre a África. Observamos de uma forma geral a existência de uma análise superficial das trajetórias recentes dos países e sociedades africanas e uma repetição das representações e estereótipos divulgados sobre o continente no imaginário ocidental.	História da África Contemporânea; livros didáticos; ensino de História africana.	Bibliografia	Avanços nos conteúdos, editores e autores	Continuidade dos esquecimentos, falta de pesquisadores.
Revista de Historia	2009 n161	Anderson Ribeiro Oliva	Lições sobre a África: Abordagens da história africana nos Livros didáticos brasileiros	O tratamento concedido à trajetória histórica das sociedades africanas nos manuais escolares de 5ª a 8ª série do ensino fundamental é o tema principal do presente artigo. O recorte temporal eleito para a observação corresponde à abordagem da história africana que se estende do século VII ao XVIII. Apesar dos avanços identificados em algumas coleções, o quadro geral da análise sinaliza para a existência de algumas imprecisões no enfoque da temática.	Ensino de História da África. História africana, livros didáticos	Livro Didático	Os livros analisados datam de um período anterior a lei, século XII e XVIII, portanto o autor não apresenta considerações acerca da lei.	
Revista HISTEDBR On-line	2009 N33	Marcos Francisco Martins	História e Cultura. Afro-Brasileira: O que os Professores e os Alunos aprenderam na Escola Pública?	O presente artigo apresenta os resultados de uma pesquisa feita com 38 professores e 205alunos de 44 escolas públicas estaduais da região de Campinas-SP, que reúne 162 instituições de ensino em sua rede. O objetivo da pesquisa foi o de identificar o que eles aprenderam sobre a história e a cultura afro-brasileira. Os dados foram coletados por meio de um questionário aplicado no segundo semestre de 2007, quando o Programa de Mestrado em Educação do Unisal e a Apeoesp – Sindicato dos Professores da Rede de Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Sub-sede de Campinas) - realizaram um curso de extensão de 30h com vistas a capacitar os docentes da rede pública de ensino paulista a implementar o que exige a Lei 10.639/03, que estabeleceu a obrigatoriedade de incluir na rede de ensino a temática "história e cultura afro-brasileira".	Educação étnico-racial; ensino de história e cultura afro-brasileira; Lei 10.639/03	Questionário com professores e alunos	Não apresentou avanços sobre a lei, somente sobre o conhecimento dos professore e alunos referente a história e cultura afro-brasileira.	Falta de formação de professores.
Antiteses	2010 N6	Willian Robson Soares Lucindo	A Escravidão em sala de aula: a desvitimização de cativos como	O presente artigo pretende analisar a inserção (ou não) das renovações historiográficas sobre o período escravista no livro didático A Escrita da História. Reconhece-se que esta inserção, ao permitir vislumbrar a perspectiva escrava, rompendo com a noção de "escrava coisa" e mera vítima do sistema,	Ensino de história; Populações de origem africana; Escravidão;	Livro Didático	O artigo apresenta análise de como foi abordada a apresentação do sistema escravista num livro didático	

			humanização das populações de origem africana	humaniza as populações cativas de origem africana no Brasil e suas experiências no ensino de história, ainda, questiona as estratégias de dominação ao longo do tempo.	Livro didático		para o Ensino Médio, não fazendo referência a lei 10.639	
Contra pontos	2010 V10, n1	Delton Aparecido Felipe, Teresa Kazuko Teruya	O "outro" na sala de aula: O cinema no ensino da história e cultura afro-**brasileira na educação escolar**	A aprovação da Lei 10.639/2003 outorgas obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana na educação básica demanda um repensar das ações pedagógicas no espaço escolar e no currículo. Essa Lei a combate as sub-representações e os estereótipos vividos pela população negra ao longo da história brasileira. Sua efetivação na sala de aula exige formar um novo perfil de docentes e discentes a fim de que, no processo de reflexão sobre o "eu" e o "outro", eles se apropriem de conhecimentos necessários para questionar a pedagogia excludente que ainda existe nas escolas. O presente trabalho tem por objetivo problematizar a possibilidade dos professores e das professoras trabalharem com o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana na educação escolar. Para verificar como a representação do "outro", nesse caso o negro, se manifestam nas escolas realizamos uma pesquisa-ação participativa oferecendo um curso de extensão destinado aos docentes da rede estadual de educação do município de Maringá, PR e região. Verificamos que as reflexões realizadas no decorre do curso, levaram os docentes a problematizar os conceitos de raça, etnia, igualdade, diferença, cultura e conhecimento. As análises dos dados obtidos indicam que as discussões contribuíram para ampliar o conhecimento dos docentes sobre sua pratica pedagógica enquanto formadores de posicionamentos sociais, os professores e as professoras tiveram a oportunidade de repensar as suas subjetividades, posturas pessoais e os preconceitos historicamente assumidos. Concluímos que o curso possibilitou experimentar uma reflexão coletiva: para enfrentar aspectos conflitivos e tensões que se apresentam as relações etnico-raciais em sala de aula, evidenciamos a necessidade de uma formação docente que permitam os professore e professoras desconstruir concepções e visões estereotipadas dos africanos e negros brasileiros construídas ao longo da história.	Educação escolar; Formação de professores e professoras; Relações etnico-raciais	Pesquisa com docentes da Educação de Maringá	Repensar a pratica pedagógica, não foi apontado avanços.	Manifestações, inquietações e resistência com relação a aplicação da lei 10.630, Falta de materiais com conteúdo que abordem o tema, muita reclamação.
Educação em Revista Unesp	2010 V11, n2	Raimunda Abou Gebran Caroline Kraus Luvizotto Deize Dense Ponciano	Proposta curricular de história: considerações acerca da história e da cultura afro-brasileira	O processo de implementação da Lei 10.639/2003 e outros dispositivos legais tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileiras e africanas, como conteúdo a serem inseridos em todas as disciplinas do currículo escolar, bem como, discussões pertinentes à educação das relações étnico-raciais. A inclusão desta temática nos currículos escolares se dá no sentido de ampliar, de maneira ética, a discussão da diversidade cultural, racial, social e econômica brasileira com vistas ao fim do preconceito. Neste sentido, este estudo se propôs a analisar como é desenvolvida a temática no currículo de História do Estado de São Paulo. A metodologia da pesquisa configurou-se como pesquisa qualitativa, centrada na análise documental do Currículo para ensino de História. Após a leitura dos cadernos do professor e dos cadernos do aluno foram elencadas categorias de análise, a saber: intencionalidade de trabalhar a história e cultura afro-brasileira; abordagem dos conteúdos; proposições metodológicas; avaliação e recuperação de aprendizagem; linguagem visual (fotos, gravuras, gráficos, ilustrações). As análises revelaram poucas contribuições no que diz respeito ao cumprimento da	História. Cultura Afro-brasileira. Currículo. Ensino Fundamental.	Legislação	Ampliação da discussão da diversidade cultural, inclusão de novos conteúdos, repensar as relações, interdisciplinaridade, formação de cidadão, pluralidade cultural, estudar documentos de outras épocas.	Pouca contribuição ao cumprimento da legislação, dificuldade de validar o protagonismo do negro, abordagem superficial das questões de diversidade cultural, preconceito, dificuldade em aplicar atividades reflexivas, não propicia debate consistente

				legislação vigente e às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Raciais e para o Ensino da História e da Cultura Afro-brasileira e Africana com vistas a combater o preconceito racial, valorizando a diversidade cultural, o respeito e a contribuição da cultura afro-brasileira na história do Brasil.				sobre o tema.
Educere et Educare Unioeste	2010 N9	Diogo da Silva Roiz, Jonas Rafael dos Santos, Paulo Eduardo Teixeira	O Uso de Imagens para o Ensino da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira e a questão do Racismo no Brasil	O objetivo deste artigo foi discutir como se utilizar imagens (como filmes, fotos e pinturas) e letras de músicas (como o rap) para se ensinar à história da cultura africana e afro-brasileira em sala de aula. Demonstram-se como os procedimentos foram trabalhados em sala de aula, no ensino fundamental, na Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) 'Maria Pavanatti Favaro', localizada na cidade de Campinas, no Estado de São Paulo, e os resultados que foram alcançados com o uso daqueles recursos.	Racismo; Discriminação; Ensino de História; História e cultura africana e afro-brasileira	Bibliografia (imagens, fotos, filmes, pinturas e letras de música)	Não foram apresentados resultados de avanços ou dificuldades, nem antes e depois da lei 10.639. Apenas estratégias para se desconstruir racismo e preconceito em sala de aula, usando esses artifícios.	
História & Ensino (UEL)	2010 N16	Rosemeire dos Santos	A Lei nº 10639/03: entre práticas e políticas curriculares	O presente artigo pretende tecer algumas considerações sobre a Lei nº10639/03, que está próxima de completar oito anos de sua promulgação e cuja implementação ainda não produziu os resultados esperados, levantando-se alguns pontos de dificuldade na sua efetivação. Utilizando parte de um projeto, ainda em desenvolvimento, procuraremos fazer uma reflexão justamente sobre as dificuldades de realização da Lei. Dessa reflexão nasceram algumas indagações que buscaremos discutir ao longo do texto, a saber: como os professores estão se apropriando desta lei? Quais são as possíveis resistências enfrentadas? Chegando a mais indagações do que respostas esse artigo procura mostrar que uma lei não é o bastante no intuito de se corrigir distorções históricas sofridas por negros e afrodescendentes, é preciso acrescer a ela um intenso trabalho de formação dos professores, que realizaram o trabalho junto aos alunos, suscitando primeiro neles o interesse e significação para que se considere legítimo mudar sua prática ou que se crie uma nova.	Currículo. Apropriação de professores. Lei nº10639/03. Afrodescendentes	Legislação	Correção histórica no currículo, diminuição do preconceito, compreensão da dimensão histórica, ações afirmativas para o resgate da autoestima, dialogo sobre o preconceito.	Dificuldade em reconhecimento histórico mais profundo, omissão na representação da história oficial, cultura folclorizada e pitoresca, falta de formação de professores, resistência na abordagem do conteúdo.
História & Perspectivas	2010 V23, n42	Lucia Helena Oliveira Silva, Regina Célia Alegro	Ideias Fora Do Lugar Na Aula De História: Historiografia E Conceitos Dos Alunos Sobre Escravidão No Brasil	O artigo apresenta um breve desenho do debate sobre escravidão, fala dos avanços na luta por uma história afro-brasileira e, em vista da ressignificação cultural, aponta a necessidade de considerar o conhecimento prévio do aluno sobre o tema a partir de conteúdos de ensino de História. Tais conhecimentos são necessários para que se vá além da denúncia da violência da escravidão e que se leve para a sala de aula as construções mais recentes da historiografia sobre a escravidão no Brasil em vista de quebra de estereótipos e mudança de atitudes.	Escravidão no Brasil. Ensino de História. Conhecimento prévio. Lei 10.639/03.	Bibliografia	Estimulou a reflexão do tema, mudança de atitude, diversidade étnica e cultural.	Em romper com o preconceito, desigualdade e confundida com discriminação, desinformação e desinteresse.
Revista Teias	2010 N22	Carmen Teresa Gabriel, Warley da Costa	Que "negro" é esse que se narra nos currículos de História?	O presente estudo tem por objetivo problematizar as estratégias culturais que envolvem a fixação de significados de "negro" nos currículos de História a partir da análise da estrutura narrativa dos textos produzidos por alunos do ensino médio. Operamos com a Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe e com a Hermenêutica de Ricoeur, para pensar as políticas de identidade como práticas articulatórias mobilizadas nos jogos de linguagem e do tempo em sistemas discursivos específicos. A análise confirma o valor heurístico do diálogo passível de ser estabelecido entre esses autores para a reflexão sobre os processos de identificação em foco nesse estudo.	Currículo de História; Discurso, estrutura narrativa	Legislação	O artigo não apresenta considerações acerca da lei e sua obrigatoriedade.	

Educação e Realidade	2011 V36, n1	Júnia Sales Pereira	Diálogos sobre o Exercício da Docência – recepção das leis 10.639/03 e 11.645/08	O texto apresenta reflexões sobre o papel da prática de investigação como elemento formativo para a docência, tendo como foco o interesse em conhecer e discutir acerca do que dizem professores/as da Educação Básica sobre a recepção e a prática da Lei 11.645/08 (que altera a Lei 10.639/03). Fundamentam o texto reflexões sobre a docência em história no diálogo com autores do campo da antropologia e dos estudos da linguagem. O foco da discussão recai sobre o valor formativo da reflexão acerca da polissemia verificada na recepção e prática da legislação recente sobre ensino de história em ambientes de partilha de dúvidas, dilemas e perspectivas que comparecem na escola neste contexto.	Ensino de História. Recepção da Lei 11.645/08.	Legislação	Visibilizar e valorizar a cultura, enfrentamento da crítica ao ensino etnocêntrico, valorização da diversidade cultural e social.	Falta de material didático, silenciamentos quanto ao negro e sua participação na história, permanência de estereótipos, abordagens errôneas nos livros, falta de tempo.
História & Ensino (UEL)	2011 V17, n1	Carla Fernanda da Silva, Ricardo Machado	Cultura Negra em Blumenau: problematizando do identidade e diferença na sala de aula	O documentário "Cultura Negra: identidade e diferença em Blumenau" nasceu da necessidade de inserir o debate sobre a história e a cultura afro-brasileira na sociedade, necessidade esta ampliada com a aprovação da lei 10.639, que torna obrigatória a discussão na sala de aula. Foi necessário problematizar o tema da identidade e diferença para não cairmos nos lugares comuns e reforçar os estigmas e a perpetuação da exclusão. Não bastaria incorporar esta temática e inseri-la em mais uma peça do mosaico cultural contemporâneo, utilizando recursos pautados da retórica da tolerância das diferenças. Aqui evidenciamos a necessidade de tomar a identidade fora de sala, para compreendê-la como uma construção linguística, e por isso, no campo das relações de poder. Isto significa colocar em questão os binarismos em torno dos quais as diferenças se organizam. Esta discussão é urgente em uma cidade como Blumenau/SC onde a afirmação étnica é uma constante nos discursos políticos e culturais. Falar de identidade afro-brasileira é justamente a possibilidade de tratar do discurso do contrário, das margens dos territórios, e, sobretudo, indicar os limites e incoerências que todo discurso identitário carrega consigo.	Identidade. Diferença. Cultura Negra. Ensino de História.	Bibliografia	A autora apresenta um debate sobre identidade e diferença, não discorrendo sobre a lei e sua obrigatoriedade.	
Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores (as) negros (as) ABPN	2011 N5	Helena do Socorro Campos Rocha, Bruno Jorge Aabdul Massih Viana	Invisibilização da África: Apagamento da História e da Cultura do negro na Educação Formal Brasileira	O artigo trata da Lei nº 10.639/2003 enquanto instrumento contra hegemônico e de resistência às manipulações da cultura dominante nas tentativas de materializar a omissão e invisibilização da importância da cultura negra africana e sua contribuição para a formação do povo brasileiro constantes em pesquisas contextualizadas depois de 2003, data de implementação da Lei. Constatou-se que a invisibilização do continente africano, materializado no apagamento da história e da cultura do negro na educação formal, antes se dava na forma de legislação que impedia o negro ao acesso à cultura formal através de sua interdição aos bancos escolares. Hoje, em pleno século XXI, pesquisas como as de Tonini (2001), Oliva (2008), Borges (2009) e Costa e Dutra (2009) evidenciam a sutileza da interdição cultural que ocorre tanto pela via do recurso didático utilizado pelo professor, quanto através de suas práticas.	África; Cultura Negra; Invisibilização do Povo Negro; Resistência Negra/do Negro; Lei nº 10.639/2003	Bibliografia	Reconhecimento e valorização da diversidade,	Ausência de materiais didáticos e de referencial teórico consistente, deficiência quanto a formação inicial dos docentes em relação ao tema.
Antíteses	2012 N10	Rosi Terezinha Ferrarini Gevaerd	Conceito substantivo escravidão africana no Brasil: uso e apropriações das narrativas do manual didático pelos	Tomando como referência autores que têm discutido a questão dos manuais didáticos de história, especialmente, Jörn Rüsen (1997; 2010; 2012), busco nesse trabalho apresentar alguns dos resultados da pesquisa que está sendo desenvolvida no Pós-Doutorado, no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná, mais especificamente, no Núcleo de Pesquisas em Publicações Didáticas, sob a supervisão da Profa.	Ensino de História; Educação Histórica; Manuais didáticos.	Bibliografia	A autora apresenta apenas considerações acerca do manual didático, como por exemplo seu uso para responder atividades. Não faz menção a lei	

			alunos e professora	Dra. Tânia Maria Braga Garcia, mais especificamente, em relação ao uso e apropriações que alunos e professora fazem das narrativas históricas presentes no manual didático, relativamente ao conceito substantivo escravidão africana no Brasil. O público alvo em questão envolveu alunos (11 a 13 anos de idade) de uma turma de 7º ano do ensino fundamental de uma escola da Rede Municipal de Ensino de Curitiba. Algumas considerações podem ser apontadas, entre elas a de que o manual didático de história tem sido usado pela professora constituindo-se no "texto visível do código disciplinar da história escolar" (CUESTA FERNANDES, 1997; 1998), uma das formas para se ensinar e aprender História. Em relação às apropriações das narrativas do manual didático pelos alunos, pode-se dizer que isso ficou expresso em suas narrativas, na medida em que incorporaram ideias presentes no manual após a intervenção didática.			10.639.	
Currículo sem Fronteira	2012 V12, n1	Nilma Lino Gomes	Relações Étnico-Raciais, Educação e Descolonização dos Currículos	Este artigo discute as tensões e os processos de descolonização dos currículos na escola brasileira. Enfatiza a possibilidade de uma mudança epistemológica e política no que se refere ao trato da questão étnico-racial na escola e na teoria educacional proporcionada pela introdução obrigatória do ensino de História da África e das culturas afro-brasileiras nos currículos das escolas públicas e particulares do ensino fundamental e médio.	Currículo; educação; relações étnico-raciais; descolonização	Legislação	Descolonização dos currículos, rupturas epistemológicas, dialogo intercultural que se propõe a ser emancipatório	Confusão da obrigatoriedade com novos conteúdos a serem inseridos.
Diálogos (Maringá)	2012 V16, Supl. Esp.	Luciana Regina Pomari, Angelo Priori, Roberto Carlos Klauck, Verônica Karina Ipólito	História e Cultura Afro-brasileira no Paraná: uma experiência integrada entre Universidade e Educação Básica	O objetivo deste artigo é apresentar o projeto "História e Cultura Afro-brasileira no Paraná", o qual visa discutir e elaborar materiais didáticos sobre a história e cultura afro-brasileira no Paraná, numa ação integrada entre os docentes das Universidades Estadual de Maringá (UEM) e Estadual do Paraná (Unespar) e os professores da área de História da Educação Básica das escolas do Núcleo Regional de Educação de Ivaiporã (PR). Definiu-se por escolher os municípios que compõem o Núcleo Regional de Educação de Ivaiporã devido o baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) que muitos deles apresentam. Metodologicamente, as atividades serão realizadas através de seminários e grupos de trabalho, visando refletir sobre as temáticas centrais do projeto. Como resultado, espera-se produzir materiais didáticos voltados à questão da História e da Cultura Afro-Brasileira, tendo como enfoque a realidade do Estado do Paraná.	Ensino de História; História e Cultura Afro-Brasileira; História do Paraná.	Bibliografia	Reconhecimento de direitos iguais, valorização da diversidade, desconstrução do mito da Democracia racial, reconhecimento das desigualdades raciais.	Falta de materiais didáticos, escassez de artigos sobre o tema.
Educação (PUCRS)	2012 V35, n2	Delton Aparecido Felipe, Teresa Kazuko Teruya	Narrativas de docentes sobre a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira	Este artigo analisa as representações das professoras e dos professores sobre a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana no ambiente escolar outorgada pela Lei 10.639/2003. Utiliza o eixo explicativo dos Estudos Culturais por entender que a produção de saberes é construída por um cruzamento de narrativas, que ora se combinam, ora se negam. Apresenta os dados coletados junto a um grupo de docentes que frequentaram um curso de extensão intitulado: O cinema no ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na educação básica. Os resultados indicam que para reconhecer os sujeitos sociais com equidade nos processos educativos exige-se o desenvolvimento de um novo olhar e uma nova postura para identificar as diferentes culturas que se entrelaçam no ambiente escolar.	Formação docente; história e cultura afro-brasileira; narrativas	Legislação	Discussão do conteúdo por professores, ampliação do conhecimento através de formação valorização da subjetividade dos múltiplos sujeitos da escola.	Em reconhecer que existe preconceito e racismo no Brasil, falta de discussão do tema como prioridade, visão distorcida sobre o continente africano.
História & Ensino (UEL)	2012 V18, n1	Fernando Santos Jesus	O "negro" no livro didático de história do Ensino Médio e a Lei	Este estudo investiga a representação do negro no livro didático de história do Brasil em consonância da tentativa de criação de uma identidade brasileira, que em suas formas contraditórias de negação das matrizes africanas exclui os negros dos espaços	Racismo. Simbólico. Livros Didáticos. Textos e	Livro Didático	Avanços nas discussões do Movimento Negro, acesso a materiais,	A lei sozinha não dá conta de seu propósito,

			10.639/03.	sociais de produção do saber através da irradiação da violência simbólica, e, por conseguinte, da propagação do racismo. Para consecução deste estudo teórico, fazemos uma análise de conteúdo de um capitulo de um livro didático de história no conteúdo de história do Brasil utilizado em escola de ensino médio mantido pelo estado do Rio de Janeiro, buscando analisar se os dispositivos da lei 10.639/03 e as diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico raciais para o ensino de história e cultura afro – brasileira e africana estão sendo contemplados no material analisado. Os resultados desse estudo apontam para a necessidade de ressignificação de textos e imagens da população negra nos livros didáticos, pois a invisibilidade da população negra constitui para uma possível desmobilização desse contingente populacional por não se ver enquanto ativos nos processos políticos do país que cultiva o mito da democracia racial, mas continua vinculando imagens pejorativas ao cotidiano de negros e negros sem contextualiza-los sobre os motivos das condições materiais e simbólicas inferiores aos dos brancos.	Imagens		diversidade étnico-raciais, valorização do Ensino de História e Cultura negra.	as imagens ainda contem construção pejorativas, deficiência na formação, produção bibliográfica insuficiente, falta de materiais didáticos, em ver o negro no livro didático, falta de conhecimento, atrasos e descasos da cultura negra.
História & Ensino (UEL)	2012 V18, nE	Henrique Brescia ni	Novela em sala de aula: a utilização de "Escrava Isaura" em uma proposta de aula-oficina	O objetivo deste texto é apresentar os resultados de uma atividade, desenvolvida pelo PIBID/história – UEL, que consistiu em uma intervenção em escolas, nas quais são desenvolvidos os trabalhos do PIBID. Foram realizadas aulas-oficina (BARCA, 2004) levando em consideração uma perspectiva de ensino de História que tem como propósito o desenvolvimento do pensamento histórico (RUSEN, 2001) em detrimento de modelos que se pautam na transmissão de conteúdos, que seriam, em tese, assimilados pelos alunos. Assim, as aulas foram estruturadas tendo em vista a necessidade de trazer documentos históricos para o contexto de sala de aula. Também tentei estabelecer um diálogo com elementos que envolvem o aluno no presente, partindo do pressuposto de que o ensino de história efetiva-se ao possuir uma utilidade prática para a vida (RUSEN, 2001). Nesse sentido, ao desenvolver a temática da escravidão no Brasil, optei por utilizar como fonte histórica a novela "Escrava Isaura", transmitida entre 1975 e 1976, enquanto uma linguagem ainda atual, e documentos históricos situados no período abordado pelo seu enredo. A proposta objetivou contrapor as representações construídas sobre a escravidão doméstica, em torno da personagem Isaura, com as fontes históricas do período, visando incentivar uma perspectiva crítica em relação às novelas históricas. As aulas também serviram para proporcionar a reflexão em torno de conceitos históricos de segunda ordem (LEE, 2001), tais como o de fonte histórica e anacronismo.	Ensino de História. Educação histórica. Aula-oficina. Escravidão. Novela.	Bibliografia	O artigo não apresentou considerações acerca da contribuição da lei e sua obrigatoriedade, ficando restrito somente ao enfoque da aula oficina, que teve como objeto de análise o uso de telenovelas em sala de aulas.	
História Revista	2012, v17, n1	Rosi Terezinha Gevaerd	A ideia de escravidão presente na narrativa de manuais didáticos de história	Esta investigação insere-se no Grupo de Pesquisa em Educação Histórica vinculado ao Laboratório de Pesquisa em Educação Histórica – LAPEDUH, integrado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná, sob a coordenação da Profa. Dra. Maria Auxiliadora Schmidt. Para este artigo destaco a pesquisa que estou desenvolvendo e que parte da seguinte questão de investigação: De que forma a ideia de escravidão está presente na narrativa de manuais didáticos de história das séries iniciais do ensino fundamental? Inicialmente, a pesquisa consistiu em análise documental de Manuais didáticos do PNLD/2010, 2.º ao 5.º ano do ensino fundamental. Em seguida, busquei ver se, para as professoras, o manual adotado na escola pode ser considerado "um	Educação histórica, Manuais didáticos PNLD, Ideia de Escravidão.	Manuais Didáticos	A obrigatoriedade da lei, forte presença da perspectiva clássica historiográfica.	Dificuldade para efetivar a nova legislação, não consegue dar fim a cultura de discriminação.

				bom livro de História" a partir da perspectiva de Rüsen (1997) e Medeiros (2005).				
Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores (as) negros (as) ABPN	2012 N7	Raquel Amorim Santos, Wilma de Nazaré Baia Coelho	História e cultura afro-brasileira no ensino fundamental: mito ou realidade?	Este estudo analisa as representações sociais de professores acerca da Lei Nº 10.639/2003 e DCNERER no currículo do Ensino Fundamental. Esta pesquisa fundamentou-se no referencial teórico-metodológico em Moscovici (1978), Gomes (2006), Coelho (2009), para a análise das representações sociais, formação e relações raciais. Utilizamos como instrumento de coleta de dados documentos oficiais, questionário e grupo focal. Inferimos que o preconceito racial apresenta-se de forma tácita, na sociedade brasileira, o que contribui para a disseminação e ratificação do racismo e discriminação em vários setores sociais, entre os quais a escola. Concluímos que a formação de professores representa um momento crucial para a formulação de uma Pedagogia que trabalhe com a diversidade cultural. A ausência dessa formação pode inviabilizar a subversão de práticas discriminatórias e estereotipias cristalizadas, em relação ao negro na escola e em seus instrumentos didático-pedagógicos.	Representações Sociais de professores, Relações Raciais, Currículo Escolar, Ensino Fundamental.	Questionário com professores	Enfrentamento ao racismo, discriminação e preconceito, política de ação afirmativa, reflexão da complexidade do processo social e político sobre a educação inclusiva no Brasil, resgate de valores identitários.	Currículo eurocentrado, imposição de valores culturais legitimado pelo poder hegemônico, não garante a efetiva execução de práticas educacionais que com as especificidades dos afrodescendentes.
Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores (as) Negros(as) ABPN	2012 N7	Mirian Albuquerque Aquino, Alba Cleide Calado Wanderley	Identidades e (Des) Igualdades Étnico-Raciais no Ensino de História	Este artigo discute as relações étnico-raciais no ensino de história. Aponta alguns elementos relacionados à igualdade e (des) igualdade, especialmente, inerentes às condições em que vive a população negra, retratadas no ensino de história. Objetiva contribuir para minimizar o risco de reproduzirmos processos discriminatórios e excludentes reforçados, não raras vezes, pelo despreparo de educadores na disseminação e transmissão de conteúdos veiculados pelo material didático, dentro e fora do espaço escolar. Consideramos que ensinar história implica a reconstrução da identidade negra, a construção do olhar de um grupo étnico-racial, a partir da relação com o outro. Essa construção implica uma dimensão subjetiva, simbólica e política que passa pela compreensão que o ensino de história e a diversidade cultural incluem o sentimento de igualdade. Faz com que os sujeitos compreendam a si e respeitem as diferenças, contribuindo para o entendimento de que a história da população negra também é história brasileira.	Identidade. Afro-brasileiro. Ensino de História	Bibliografia	Desconstrução do preconceito da discriminação e do racismo, campanha permanente.	Processos educacionais desiguais, estereótipos, cultura ainda eurocentrada e discriminação.
Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores (as) negros (as) ABPN	2012 N8	Francisco André Silva Martins	É possível construir um outro Continente Africano na escola? Experiências de um curso de aperfeiçoamento para professores	Neste artigo, realiza-se uma retomada de experiências vividas em um curso de Aperfeiçoamento em História da África e das Culturas Afro-brasileiras para professores da rede pública (municipal e estadual), bem como um diálogo com a prática de tais experiências e suas influências no exercício docente vivido no chão da sala. Explicita-se, também, a lacuna ainda existente em torno da apropriação, por parte dos professores, de conceitos como raça, racismo e preconceito racial, bem como a necessidade de superar percalços na busca por profissionais concatenados com a realidade social e com a luta por de uma educação que contemple a diversidade étnico-racial na perspectiva do direito.	História da África, Experiências docentes, Formação de professores.	Bibliografia	O artigo não apresenta considerações acerca da lei e suas mudanças.	
Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores (as) negros (as)	2012 N8	Lucimar R. Dias, Maria Celma Borges, Maura Tania Guimarães, Giovani José da	A produção de material didático-pedagógico e a construção de um novo imaginário sobre as culturas afro-brasileiras e indígenas	Este artigo apresenta o processo de produção de material didático sobre histórias e culturas afro-brasileiras e indígenas que deve ser obrigatoriamente trabalhado nas instituições escolares conforme previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9394, de 1996. Busca desencadear reflexões sobre a construção de um novo imaginário dessas culturas por meio de material que reconheça as múltiplas formas de resistências desses grupos na constituição da sociedade brasileira. A metodologia utilizada na confecção dos livros pautou-se na concepção	Material Didático – História – Culturas Afro-brasileiras e Indígenas – Resistências	Livro Didático	O autor apenas apesenta considerações sobre o processo de escolha dos livros didáticos que contemplem a temática "História e Cultura afrodescendente". Os livros não	Baixa produção de materiais que incorporem a demanda vinda com as alterações da LDB.

ABPN		Silva, Raquel Elizabeth Saes Quiles		colaborativa e teve como princípio o diálogo crítico entre os/as autores/as. Tomou-se como baliza as teorias críticas de educação e os princípios da nova história e da história social, articulando-as a defesa de uma educação inclusiva que se fundamenta na concepção de direitos humanos, no respeito a diferença e no questionando dos processos de produção da desigualdade.			foram analisados com avanços e dificuldades.	
Reflexão e Ação	2013 V21, Especial1	Raquel Amorim dos Santos, Wilma de Nazaré Baía Coelho	História da África e dos Africanos nas Escolas Brasileiras: Mito ou Realidade?	Este estudo tem como temática as Representações Sociais e Relações Raciais. Analisa as representações sociais de professores acerca das relações raciais no currículo escolar do Ensino Fundamental. Esta pesquisa fundamentou-se no referencial teórico-metodológico em Moscovici (1978) e Jodelet (2001), Gomes (1995, 2006), Coelho (2009) e Gomes e Silva (2006), para a análise das representações sociais, com os primeiros e, com os demais, sobre formação e relações raciais. O estudo é uma pesquisa do tipo descritiva. Utilizamos como instrumento de coleta de dados: documentos oficiais, questionário e grupo focal. Inferimos que o preconceito racial apresenta-se de forma tácita, na sociedade brasileira, o que contribui para a disseminação e ratificação do racismo e discriminação em vários setores sociais, entre os quais a escola. Concluímos que a formação de professores inicial e continuada representa um momento crucial para a formulação de uma Pedagogia que trabalhe com a diversidade cultural. A ausência dessa formação pode inviabilizar a subversão de práticas discriminatórias e estereotipias cristalizadas, em relação ao negro na escola e em seus instrumentos didático-pedagógicos.	Representações Sociais de Professores; Relações Raciais; Currículo Escolar; Ensino Fundamental	Questionário com professores	Enfrentamento ao racismo, discriminação e preconceito, política de ação afirmativa, reflexão da complexidade do processo social e político sobre a educação inclusiva no Brasil, resgate de valores identitários.	Currículo eurocentrado, imposição de valores culturais legitimado pelo poder hegemônico, não garante a efetiva execução de práticas educacionais que com as especificidades dos afrodescendentes.
Reflexão e Ação	2013 V21, Especial1	Jean Mac Cole Tavares Santos, Patrícia Cristina de Aragão Araújo	Ensinando História pelo olhar da Diversidade Eticorracial: Leituras da Formação Continuada de Professores	Este texto analisa a temática afro-brasileira na escola a partir de reflexões em torno da formação continuada e do ensino de História. Nosso objetivo é, portanto, investigar a importância da inclusão do ensino desta disciplina nas discussões em torno da cultura afro-brasileira a partir da diversidade étnico-cultural existente na escola. Trata-se de uma pesquisa em desenvolvimento e aqui apresentamos as primeiras impressões de estudo, apoiamo-nos no referencial teórico dos trabalhos de Certeau, Cavallero, Lino Gomes, Freire e Cunha Júnior. Como abordagem metodológica, buscamos na etnometodologia, a partir do paradigma indiciário, à luz de Coulon e Guinzburg, perscrutando os indícios e vestígios que os textos nos apresentam. Os resultados preliminares apontam que a discussão da diversidade e sua dimensionalidade no contexto da escola, sobretudo no campo do ensino de História, podem ser ampliadas a partir da participação e ação pedagógica do/a professor/a contribuindo deste modo para o diálogo entre as diferenças e a minimização da exclusão e uma maior articulação dos saberes da cultura negra.	Formação Continuada; Diversidade Étnico-Cultural; Inclusão; Ensino de História	Bibliografia	O autor discute a formação continuada de professores em relação a diversidade, mas não apresenta avanços e nem dificuldades para depois da implementação	
Reflexão e Ação	2013 V21, Especial1	Cristina Carla Sacramento, Laerthe de Moraes Abreu Jr.	Os Negros, a Diversidade Etnicorracial e a Escola: O Tratamento Didático-Pedagógico da História e Cultura Afro-Brasileira em dois Livros de História do	Este trabalho pretende analisar numa perspectiva histórica as relações estabelecidas entre a diversidade etnicorracial brasileira e o tratamento didático-pedagógico da História e Cultura Afro-Brasileira em dois livros de História do Brasil da primeira metade do século XX, partindo do pressuposto de que esses materiais pedagógicos também exerceram no período pesquisado a função de transmitir valores e condutas desejáveis àquela sociedade. Ademais, tornou-se importante destacar as denúncias do movimento negro em relação à ausência de discussões nas instituições escolares	Os Negros no Brasil; Diversidade Etnicorracial; Prática Pedagógica; Políticas Afirmativas	Livros Didáticos	A análise dos livros permitiu considerar semelhanças entre os dois livros, em ralação ao tema História e Cultura afro-brasileira que significa permanências do discurso. Não foram	

			Brasil da Primeira Metade do Século XX	sobre a temática afro-brasileira e a reprodução de preconceitos que contribuiriam para alienar os negros e ao mesmo tempo restringir seu acesso a bens materiais e culturais. Essa iniciativa culminou na implementação de políticas de ação afirmativa por parte do governo, cuja função é propiciar o reconhecimento e a valorização das diversas etnias que compõem a sociedade brasileira.			apresentados avanços e atrasos.	
Revista Eletrônica Documento/Monumento	2013 N9	Osvaldo Mariotto Cerezer Selva Guimarães	O Estudo da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena na Educação Básica: dificuldades e Possibilidades	O texto apresenta dados de uma pesquisa em desenvolvimento que tem como objeto a implementação das políticas educacionais relativas a educação das relações raciais afro-brasileira e indígena, por meio da Lei n. 10.639/03 e Lei n. 11.645/08, nos cursos de Licenciatura em História do Estado de Mato Grosso, Brasil. O estudo focaliza a implementação das leis na formação inicial e os impactos nos saberes e práticas dos professores de História na Educação Básica. A investigação justifica-se pela relevância política, social e cientifica da temática no atual contexto sócio-cultural e educacional. Os sujeitos da pesquisa são professores de História em fase inicial da carreira docente.	Formação Docente. Ensino de História. Políticas Afirmativas.	Bibliografia	Novos saberes históricos, rompimento com a ausência, a omissão e o silenciamento da história dos afro-brasileiros outras possibilidades de abordagem do conhecimento histórico	Questionamentos temas negligenciados colonização ” curricular
História & Ensino (UEL)	2014 V20, n1	José Henrique Rollo Gonçalves	Das resistências ao ensino escolar de história da África: algumas considerações	O artigo discute certas atitudes de repúdio mais ou menos ostensivo à introdução de conteúdos relativos à história africana em todos os níveis de ensino no Brasil. Ele sugere que não se trata somente, como sustenta uma voz corrente, de falta de informações básicas neste país sobre a África. Tampouco de falta de empenho das autoridades que devem zelar pela efetivação das propostas de inovação curricular. As razões são mais amplas. Elas têm raízes profundas nas mentalidades coletivas, especialmente na forte vigência de crenças e valores ocidentocêntricos. Também tem a ver com o evolucionismo intrínseco às Teorias da História predominantemente ensinadas nos cursos universitários.	História da África. Ocidentocentrismo. Ensino escolar. História e Cultura. Afro-Brasileira.	Bibliografia	Criação de disciplina relacionada a história da África por instituições universitárias de todo o pais.	Falta de planejamento no processo de implementação da lei, falta de iniciativa institucional, escolas particulares não adotaram a lei. Resistência dos professores
História & Ensino (UEL)	2014 V20, n2	Vânia Oliveira Freitas, Aristeu Castilhos da Rocha	Cultura afro-brasileira: um olhar docente da educação básica de Cruz Alta	O Projeto de Pesquisa intitulado História e Cultura Afro-brasileira – Lei 10.639/2003: como um caminho no processo de formação docente, tem por finalidade trazer alguns apontamentos sobre a inclusão do ensino da cultura afro-brasileira no currículo do sistema educacional e sua inserção nas práticas desenvolvidas em sala de aula. Foi apresentado ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC da Universidade de Cruz Alta e busca como objetivo central oportunizar a produção de saberes, a formação de professores e a promoção de atividades no campo das relações étnico-raciais. Analisamos questões a partir das perspectivas da atuação dos docentes em sala de aula, bem como os eventuais desafios que se colocam, nos últimos anos para os educadores ao ministrar esta disciplina ainda “nova” no currículo escolar. Chamamos atenção para este amplo e fértil campo de pesquisa, além de apontarmos as inquietações sobre esta realidade.	Etnia. Processo. Pedagogia. Professor. Descendente.	Bibliografia	Ampliação do exercício de cidadania, fortalecimento de laços identitário nacionais, valorização da diversidade, práticas pedagógicas inovadoras.	Falta de reconhecimento do povo africano ao longo dos anos.
Linhas (Florianópolis)	2014 V15, n29	Patrícia de Freitas	Avanços na inclusão da temática de história e cultura afro-brasileira e africana. PNLD Ensino Médio 2012 e a lei 10.639	A questão principal deste artigo é verificar a aplicação da lei 10.639 que incluiu no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática da história da cultura afro-brasileira nas coleções de livros de história do Ensino Médio. A análise procurou observar a forma que as temáticas referentes à cultura africana e afro-brasileira foram apresentadas e distribuídas nesse material. A obrigatoriedade prevista na lei mencionada foi uma das premissas à validação do conteúdo desses livros. As obras foram aprovadas em 2010 pelo Fundo Nacional de Educação (FNDE) em parceria com a Secretaria de	História; Lei 10.639; Livro didático; PNLD.	Livro Didático	As análises realizadas estão focadas basicamente na forma que as temáticas referentes a cultura africana e afro-brasileira foram apresentadas e distribuídas	

				Educação Básica (SEB), do Ministério da Educação (MEC). No ano de 2011, essas obras foram encaminhadas às escolas da rede pública para que ocorresse a escolha do livro didático que foi adotado em 2012, para o próximo triênio.			considerando a obrigatoriedade da lei 10.639.	
POIÉSIS	2014 N13	Cristina Carla Sacramento, Laerthe de Moraes Abreu Jr.	Educação para relações étnico-raciais e seus desdobramentos Históricos: Os discursos sobre os negros no Livro Didático de História do Brasil "nossa pátria" de Rocha Pombo	Este trabalho toma como ponto de partida a Lei 10.639/03 que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira nas Instituições de Ensino e volta-se para o início do século XX para entender como os negros eram tratados nos livros didáticos daquela época, um período em que se consolidou no país uma legislação para tais materiais escolares. No mesmo tempo, com o declínio das teorias raciais no Brasil, pretendia-se criar uma nação onde todos os brasileiros tivessem uma identidade comum. O objeto de investigação é o livro de História do Brasil "Nossa Pátria: narração dos factos da História do Brasil, através da sua evolução com muitas gravuras explicativas", de Rocha Pombo (1925) cuja publicação se fez muito forte na escolarização na primeira metade do século XX.	Negros; Livros Didáticos; Educação Étnico-Racial.	Livros Didáticos	Resgate da contribuição do povo negro nas áreas social econômica e política, expectativas dos intelectuais do Movimento Negro, reelaboração do tratamento das questões étnico-raciais.	Dificuldade de ampliar discussão etnicorracial, formação e capacitação de professores,
POIÉSIS	2014 N14	José Bonifácio Alves da Silva, José Licínio Backes	De sólidas para líquidas, de líquidas para sólidas: As concepções de professores de História sobre os processos de construção das identidades negras	O artigo faz uma análise das concepções de docentes de História da escolarização básica acerca das identidades negras. A perspectiva utilizada foi inspirada em Bauman (2001; 2007) e na vertente pós-estruturalista dos estudos culturais e pós-coloniais. A análise baseou-se na interpretação de entrevistas com oito docentes de História atuantes em escolas públicas e privadas da cidade de Campo Grande/MS. Percebemos nessa leitura que as identidades negras, apesar de escaparem das identificações dos professores e irem além, são também provisoriamente solidificadas para fixação de sentidos, indispensáveis para posicionamento político e sociocultural. Os entrevistados também veem as dinâmicas complexas e constantes das diferenciações que tornam as identidades negras líquidas, apesar de seu empenho em identificá-las e defini-las.	Docentes de História, identidades negras, concepções, identidades sólidas/líquidas.	Entrevista com professores	O autor apresenta as concepções dos docentes de história acerca da identidade negra, e não faz menção à lei	
POIÉSIS	2014 N14	Márcia Cristina Américo	Formação de professores para a implementação da Lei 10.639/2003: O Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena no currículo escolar	Este texto visa apresentar algumas reflexões sobre a implementação da lei 10.639/2003, alterada pela Lei 11.645/2008 –, que determina: "nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, a obrigatoriedade do estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena" como possibilidade de construção de novas experiências e de uma formação de professores que propicie conhecimento sobre as diferentes culturas, povos e histórias; que contribua para o acolhimento das crianças, para a valorização de sua diversidade e para a sua convivência nas relações sociais com outros grupos étnicos. Compreendo que a formação de profissionais da educação embasada teoricamente na compreensão dos fundamentos da lei e em ações que visem a sua implementação possibilita que a infância nas instituições educacionais seja tratada como uma construção histórica, social, cultural e política.	Lei 10.639/2003; Formação de Professores; criança negra	Legislação	Instrumento importante para combater a desigualdade, valorização da diversidade cultural por meio da reflexão.	Racismo institucionalizado e racismo individual, políticas públicas compreendidas como privilégios dos negros.
Aedos: Revista do Corpo Discente do PPGHIS da UFRGS	2015, v.7, n16	Aristeu Castilhos da Rocha	História e cultura afro-brasileira: delineando novas práticas pedagógicas	O objetivo deste artigo é contribuir para romper com o "silêncio" que existe a respeito do ensino de História e Cultura Afro-brasileira mesmo há mais de dez anos da aprovação da lei 10.639/2003. Para tanto, buscou-se primeiramente organizar uma contextualização baseando-se na legislação e na pesquisa bibliográfica. A seguir encaminhamos algumas possibilidades pedagógicas pontuadas nas nossas experiências, visando focalizar a potencialidade da temática em questão e a dinamização do processo de ensino e aprendizagem de História.	História, Cultura Afro-brasileira, Ensino e Aprendizagem.	Bibliografia	O artigo em questão apresenta algumas possibilidades pedagógicas acerca da temática "História e Cultura afro-brasileira, não pontuando avanços e dificuldades.	

Aedos: Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS	2015, v.7, n16	Olgário Paulo Vogt1 Meline de Barros Brum	Escravidão e Negros em livros didáticos de História	O livro didático de história, de longa data, constitui-se em importante instrumento pedagógico, principalmente para estudantes de escolas públicas, que, muitas vezes, o tem como principal material de consulta. Este artigo visa analisar como a escravidão e os negros eram retratados em livros didáticos de Ensino Médio no início da década de 1980. Para tanto, foi realizada uma pesquisa em livros de História do Brasil utilizados no então 2º Grau e verificada a forma como seus autores abordavam o tema. Posteriormente, comparam-se esses livros didáticos com outros utilizados atualmente. Percebeu-se que, transcorridas apenas três décadas, houve profunda alteração nos conteúdos relacionados à escravidão e ao negro em livros didáticos de história. Os novos enfoques teóricos-metodológicos sobre a escravidão e a implantação de políticas públicas (Programa Nacional do Livro Didático - PNLD e as leis nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, e 11.635, de 10 de março de 2008) são apontados como responsáveis pelas alterações ocorridas.	Ensino de história; Livros didáticos; Escravidão.	Livro Didático	O artigo não apresenta considerações acerca de avanços e dificuldades para depois da lei. Destaca somente mudanças na produção do livro didático.	
Atos de Pesquisa em Educação (FURB)	2015, v 10, n1	Luciano Magela Roza	Valorização de personagens negros como conteúdo curricular no livro didático de história	O artigo busca discutir alguns aspectos da incorporação e da apropriação da valorização de personagens negros como conteúdo curricular presente em livros didáticos de história editados no contexto pós-lei 10.639/03. Algumas das coleções didáticas, aprovadas e reeditadas no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) nos anos 2008 e 2011, são privilegiadas como material empírico, em especial, os conteúdos explícitos e as atividades sugeridas para o ensino-aprendizagem da história afro-brasileira no pósabolição presentes livro do aluno.	Lei 10.639/03. Livros didáticos. Ensino de História. História afro-brasileira.	Livro Didático	Reposicionamento dos negros na história do Brasil, possibilidade de novas experiências e perspectivas de ordem política pedagógica e historiográfica, inclusão sem homogeneização. Pluralidade cultural.	Perspectivas de normatização marcadas pela flexibilidade e pela pluralidade de possibilidades sugeridas.
Diálogos (Maringá)	2015, v19 n1	Rosi Terezinha Ferrarini Gevaerd	A formação da consciência histórica: ideias de alunos em relação ao conceito escravidão africana no Brasil	As reflexões aqui expostas tomam como base os estudos sobre a formação da consciência histórica a partir de autores como Rüsen (1997; 2001; 2007); Barca (2005; 2011); Schmidt (2002; 2006); Schmidt e Garcia (2006), entre outros. A pesquisa de cunho qualitativo foi desenvolvida em uma escola pública da cidade de Curitiba, envolvendo alunos com idades entre 11 e 13 anos, de uma turma de sétimo ano do ensino fundamental. Algumas considerações podem ser apontadas, entre elas, a de que, de modo geral, os alunos incorporaram em suas narrativas, de forma mais significativa, elementos do manual didático e, de forma menos significativa, a explicação da professora. Constatei que os alunos, em sua maioria, expressaram ideias que apontam para uma consciência histórica tradicional.	Ensino de história; Educação histórica; Consciência histórica; Conceito substantivo.	Pesquisa com alunos	A autora apresentou somente considerações acerca do uso do livro didático pelos alunos, não fazendo menção à lei 10.639.	
Educere et Educare Unioeste	2015, v10 n20	Paulo Antônio Barbosa Ferreira[1] Tânia Mara Pedroso Müller	O ensino de história no ensino médio e as relações raciais: para além da lei nº 10.639/2003	Neste texto, apresentamos nossas reflexões sobre o ensino de História no ensino médio da educação básica confrontado com o que emana a Lei nº 10.639/2003. Nosso objetivo é afirmar a importância da introdução do ensino de história e cultura negra e da África no currículo escolar para além da imposição normativa, sobretudo por suas implicações e, consequentemente, desdobramentos. A partir de uma revisão bibliográfica fomentamos nossa discussão, que foi organizada de modo a contemplar três questões: um resgate da historicidade da questão racial no Brasil; uma fundamentação teórica que permitisse abarcar uma análise sobre um ensino colonizado; e, por último, uma discussão de alguns dos desafios atuais postos aos professores de história pelo cumprimento da Lei.	Ensino de História. Colonialidade e. Racismo.	Bibliografia	Transformação da realidade compreensão da diversidade.	Desigualdade racial superação do racismo, formações discursivas, formação de professores de modo permanente.
Fronteiras (Campo	2015, v17 n30	Osvaldo Mariotto Cerezer; Selva	Formação de professores de História e Ensino de	O estudo analisou a implementação das Leis n. 10.639/03 e n. 11.645/08 e as respectivas Diretrizes curriculares nos cursos de Licenciatura em História de três universidades públicas do Estado de Mato	Formação de professores; história	Bibliografia	O artigo apresenta apenas considerações de professores acerca	

Grande)		Guimarães	História Afro-brasileira e Indígena	Grosso, os impactos na formação inicial de professores e no ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena em escolas da educação básica. O referencial teórico-metodológico fundamenta-se no multiculturalismo crítico e na abordagem qualitativa, combinando a análise de fontes orais e documentais.	afro-brasileira e indígena; saberes e práticas docentes.		da lei 10.639 em sua formação inicial, não pontuando avanços e dificuldades para depois da lei.	
História & Ensino (UEL)	2015 v21 n1	Amanda Camargo Pereira1 Jean Carlos Moreno	Fotografia e escravidão: uma proposta de utilização da produção de Victor frond no ensino de história	O presente artigo é fruto do trabalho realizado pelo Grupo de Pesquisa Ensino de História (GPEH), da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), na intenção de propor, incentivar e desenvolver projetos de ensino de História que problematizem a experiência, a interpretação e a orientação como princípios norteadores para a atribuição de significados aos conteúdos escolares. Neste sentido, evoca o álbum Brasil Pitoresco contendo litografias produzidas por Victor Frond, em 1858, para discutir a construção discursiva de certa imagem do Brasil Imperial e as maneiras de lidar com o trauma da escravidão no passado e no presente. Aborda-se, ainda, as fotografias como instrumentos semióticos e elo importante para a construção das competências de aprendizagem histórica.	Ensino de História. Fotografia. Escravidão. Consciência histórica.	Bibliografia	O artigo não apresenta considerações acerca da lei 10.639	
História & Ensino (UEL)	2015 v21 n1	Ednalva da Conceição Dias 1 Adriano Cecatto	Entre teoria e prática: a formação docente e a apropriação da lei 10.639/2003 no cotidiano escolar	Com a aprovação da Lei 10.639/2003, tornou-se obrigatório nas escolas de Educação Básica, públicas e privadas, o ensino da História da África e a Cultura Afro-Brasileira. O presente trabalho tem por objetivo verificar a apropriação e aplicabilidade da Lei 10.639/2003 pelos professores no ensino de História da Escola Estadual Senador João Câmara/2013, na cidade de Bento Fernandes/RN, no que se refere à formação dos professores para o trabalho com essa temática. Utilizamos a pesquisa de caráter qualitativo, tendo como técnica de coleta de dados a aplicação de um questionário semiestruturado aos docentes. Verificou-se que o ensino de história da África e Cultura Afro-brasileira requer um trabalho prático de formação de professores no decorrer da formação inicial para que possam conhecer as determinações da lei e os fatores necessários a serem considerados na sua aplicação.	Ensino de História. Lei 10.639/2003. Formação Docente.	Legislação	Este artigo apresenta considerações sobre, o processo de escolha de livros didáticos, mas não faz menção a lei 10.639	
História & Perspectivas	2015, v28 n53	Renata Figueiredo Moraes	O ensino de cultura e história afro-brasileira e indígena na educação básica o desafio de professores, alunos e ações governamentais	O presente texto trata das primeiras abordagens sobre o negro na história do Brasil, principalmente nas obras didáticas, a fim de identificar a necessidade das leis que tornaram obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira (10639/2003) e o ensino da História e da Cultura Indígena (11645/2008). Desse modo, pretende-se discutir a recepção das leis entre a comunidade escolar, alunos, professores e equipe pedagógica, principalmente no que tange aos seus desafios. A falta de formação de professores, assim como o enraizamento de preconceitos em relação a alguns conteúdos, e a ausência de material didático livre de determinados paradigmas são alguns dos obstáculos a serem enfrentados, além da falta de compromisso das Secretarias de Educação de inserir o conteúdo e exigi-lo dos antigos e novos professores.	Ensino. Étnico-racial. Racismo	Bibliografia	Construção de identidades individuais e sociais, um marco no campo educacional, romper paradigma, construção de uma nova sociedade, nova perspectiva para o ensino.	Permanência da ideologia da Democracia racial, negação do Racismo, formação de professores.
Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores (as) negros (as) ABPN	2015 v7 n	Zelinda dos Santos Barros		Contemporaneamente, o reconhecimento do direito à educação vem se traduzindo tanto no aumento do número de indivíduos negros no ambiente escolar e na reflexão sobre questões relacionadas às desigualdades raciais na educação como em um processo de visibilizarão dos/as negros/as como sujeitos, processo que culminou na criação de dispositivos legais que visam à mudança do processo de socialização Ensino de história e cultura afro-brasileiras nas escolas: rumo ao desvinculamento epistêmico ocorrido na escola. Neste artigo, visando reconstruir o processo de incorporação de conteúdos relacionados às áreas de História e Cultura Afro-	Afro-brasileiros, racismo, educação, história, cultura.	Bibliografia		

				brasileiras aos currículos escolares, faço um panorama histórico do acesso da população negra na educação. Concluo que a garantia do direito ao conhecimento da nossa própria história é um passo importante rumo ao necessário desvinculamento epistêmico.				
Revista Tempos e Espaços em Educação	2015, v8 n16	Benedito Gonçalves Eugênio 1 Andirana Oliveira Lima	Imagens de negros e negras no livro didático de história dos anos iniciais do ensino fundamental	O artigo apresenta os resultados de uma investigação de cunho qualitativo que objetivou compreender de que forma os conteúdos sobre o negro são tratados no livro didático de História dos anos iniciais do ensino fundamental. A recolha dos dados foi realizada por meio de uma pesquisa exploratória em livros didáticos de História empregados em escolas municipais de Vitória da Conquista -Ba. Observamos que apesar de ter sido constatado que a maioria das obras analisadas já trata a temática valorizando as questões culturais, a maioria das imagens trazidas pelos livros remete o negro à visão de subalternos e sofredores, estando relacionado ao período da escravidão no Brasil. Esta visão acrítica, que trata somente dos valores culturais e dos constantes abusos cometidos em relação ao povo negro, não é suficiente para atender aos objetivos da lei 11645/08, isto é, a inclusão da obrigatoriedade do ensino da cultura africana e afro-brasileira, uma vez que as imagens não dão margem para compreensão do negro de forma positiva.	Relações raciais, livro didático, diversidade	Livro didático	O artigo pretendeu apenas conhecer de que forma os livros didáticos do Ensino Fundamental, contribuem com a obrigatoriedade da lei 10.639/03. Não apresentando avanços pós lei.	
Fronteiras (Campo Grande)	2016 v18 n31	Júlio Ricardo Quevedo Santos; Aristeu Castilhos da Rocha	Ensinar História e Cultura Afro-brasileira: possibilidades e alternativas de práticas pedagógicas	A História ensinada está em pleno movimento de renovação de conteúdos, de abordagens e metodologias prescritas nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, de 2013, na Resolução n. 02/2015 do MEC/CNE, que trata da formação de profissionais para o Ensino de História, entre outras, da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em processo de elaboração, desdobramentos da LDB n. 9394/96, acompanhadas de disputas pelo direito à Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER) que tem por objetivo a cidadania e a promoção à igualdade étnico-racial. Antigos atores sociais e históricos – indígenas e afro-brasileiros – saem da invisibilidade e quebram o manto do silenciamento imposto pelos estereótipos racistas e assumem o lugar que sempre foi seu: o protagonismo da História, como se percebe nas atuais propostas de Políticas Públicas para a Educação Brasileira em ampla transformação. Partindo desta premissa, tratamos aqui de sinalizar algumas possibilidades e alternativas para o profissional em História – trabalhador em Educação – atuar frente a esta nova realidade da comunidade escolar.	Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, Diretrizes da História Ensinada, História e Cultura Afro-brasileira, Trajetórias Afro-brasileiras.	Legislação	O autor apresenta algumas estratégias de práticas pedagógicas com obras literárias. Não apresenta considerações acerca da implementação da lei.	
Fronteiras (Campo Grande)	2016 v18 n31	Luís César Castrillon Mendes; Mairon Escorsi Valério, Renilson Rosa Ribeiro	História dos africanos e afrodescendentes nos livros didáticos, guias e programas nacionais	Nos dias atuais a complexidade inerente ao processo de ensino e aprendizagem impõe novos desafios para o professor-pesquisador. Particularmente em se tratando do Ensino de História, disciplina de formação humanística, há a necessidade de articulação de diferentes saberes, teorias e métodos associados às novas exigências curriculares, principalmente após as promulgações das Leis n. 10.639/03 e 11.645/08. Abordar novas narrativas e articular outros protagonistas para figurarem na história tornam-se imperativos. Neste ensaio, procuramos analisar um importante veículo que se encontra ligado a essas articulações: o livro didático de história, enquanto um complexo objeto cultural, ligado às políticas públicas e a sua adaptabilidade às novas exigências contemporâneas.	Ensino de História, Livro Didático, Guias do PNLD, História dos africanos e afrodescendentes.	Livro didático	Descolonizar a educação Reestruturação curricular. Desnaturalizar os conteúdos.	Formação de professores tradição eurocentrada
História & Perspectivas	2016, v29 n54	Mirian C.M. Garrido	História que os livros didáticos contam	O Programa Nacional do Livro Didático tem alterado a produção didática no Brasil, porém, quais são os limites dessa renovação – no que circunscreve a Lei nº 10.639/03 – são reflexões que se apresentam	PNLD; Lei nº 10.639/03; Historiograf	Legislação	Apresenta análise do livro didático do ensino médio sobre a figura do	

			depois do pnld: história da África e dos afro-brasileiros por intermédio dos editais de convocação do PNLD (2007-2011).	nesse artigo. A fonte principal do texto são os Editais de Convocação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e a potencialidade deles em incorporar os conteúdos reivindicados por militâncias negras. Com relação ao conteúdo histórico, meu recorte é o do pós-abolição, isso porque fugiria do tema mais consagrado – escravidão – e abarcaria possibilidades narrativas de protagonismo do negro livre. O esforço se justifica na tentativa de auxiliar pesquisadores e/ou docentes de História na compreensão da constituição da literatura didática, suporte essencial para a educação brasileira.	ia do negro no Brasil.		negro, mas não apresenta considerações sobre a lei.	
Projeto História	2016 v56	Amailton Magno Azevedo	Qual África ensinar no Brasil? Tendências e perspectivas	Desde os debates em torno dos estudos africanos sob a perspectiva da descolonização, às questões emergentes postas pela crítica pós-colonial, novos desafios teóricos se colocam para desconstruir os clichês sobre a África. Desse modo, o artigo pretende rastrear quais os caminhos traçados pelas teorias da descolonização, pós-independência e póscolonialidade para refletir sobre qual África ensinar no Brasil.	História, ensino, memória e crítica pós-colonial.	Bibliografia	Apresenta reflexões sobre a África e como ensinar essa temática nas salas de aula. Não apresenta considerações sobre a lei.	
Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores (as) negros (as) ABPN	2016 v8 n20	Adriano Ferreira de Paulo1 Karlane Holanda Araújo2 Joselina da Silva	Professores de história e a lei 10.639/2003: docentes graduados na ufc e uece e suas práticas em sala de aula	Esta pesquisa tem como objetivo investigar os conhecimentos teóricos e práticos adotados pelos professores de História de Nível Médio, advindos da Universidade Estadual do Ceará e Universidade Federal do Ceará, acerca das temáticas que envolvem a Lei nº 10.639/03: História e Cultura africana e afro-brasileira. Este estudo tem caráter qualitativo e a metodologia utilizada consiste em análises bibliográficas e documentais sobre o tema, realizando-se também entrevistas com professores de História do Ensino Médio de uma escola pública do Ceará. Ao final da pesquisa, verificou-se que os professores analisados não foram contemplados com componentes curriculares sobre História e Cultura Afro-Brasileira em suas formações e que os docentes que possuíam algum conhecimento sobre o tema o adquiriram mediante interesse particular. Com isso ficou evidente a necessidade de haver uma adequação dos Projetos Políticos e Pedagógicos de ambas as universidades para se adequarem à legislação vigente, visando benefícios para a educação cearense dentro de um norte de formação multicultural.	História; Ensino; Lei nº 10.639/03.	Pesquisa com professores	Professores buscando formação continuada por conta própria	Falta de conhecimento da lei Falta de formação inicial falta de tempo.
Revista Tempos e Espaços em Educação	2016 v9 n19	Lucas Colangeli de Souza1 Maria de Fátima Di Gregório	Ensaio sobre a História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena Trabalhadas nas Salas de Aulas do Ensino Fundamental das Escolas Públicas no Nordeste do Brasil: Entre Desafios dos Livros Didáticos e Docência	Esta pesquisa objetiva investigar como a história e cultura afro-brasileira e indígena são trabalhadas nas salas de aulas do ensino fundamental em escolas públicas no Nordeste do Brasil, em seus desafios entre ambientes escolares e docência, cujos conteúdos expressos nos livros didáticos utilizados nas salas de aulas ainda têm incutido uma ideologia subjacente de um processo de marcas quanto à questão da família indígena – resquícios nos processos hegemônicos de colonização do país, evidenciando especificamente o papel da mulher indígena na sociedade brasileira, porta aberta para pensar como os professores têm lidado com a complexa questão da identidade desse grupo. Através de um modo de pensar hermenêutico, busca-se compreender os saberes construídos a partir dessas informações que se estruturam, diante da historiografia da mulher indígena nos processos de colonização, na sociedade e a mentalidade que transpôs marcas através de gerações.	Família indígena; livros didáticos; Escola.	Livro didático	Apresenta analise do livro didático sobre a implementação da lei que trata as questões com o índio.	